



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Sabrina Ferreira da Costa

**Cidade das meninas na Baixada Fluminense: “Celeiro fértil e humano das
mães cristãs de amanhã” (1939-1942)**

Duque de Caxias

2020

Sabrina Ferreira da Costa

Cidade das meninas na Baixada Fluminense: “Celeiro fértil e humano das mães cristãs de amanhã” (1939-1942)



Trabalho de conclusão do curso
apresentado, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, à banca examinadora da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof^a Dra Amália Dias

Duque de Caxias
2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC/A

C837 Costa, Sabrina Ferreira da
CIDADE DAS MENINAS NA BAIXADA FLUMINENSE :
"celeiro fértil e humano das mães cristãs de amanhã"
(1939-1942) / Sabrina Ferreira da Costa. - 2020.
64 f.

Orientadora: Amália Dias
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade
de Educação da Baixada Fluminense, para obtenção do
grau de licenciado em Pedagogia.

1. Meninas desválidas - Monografias. 2. Duque de
Caxias - Monografias. 3. Infância - Monografias. 4.
História da educação local - Monografias. I. Dias,
Amália. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.
III. Título.

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta monografia, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sabrina Ferreira da Costa

Cidade das meninas na Baixada Fluminense: “Celeiro fértil e humano das mães cristãs de amanhã” (1939-1942)

Trabalho de conclusão do curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, à banca examinadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 18/09/2020

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Profª Dra. Ana Paula Alves Ribeiro
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Neto
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Duque de Caxias
2020

DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho à todas as meninas ditas “desvalidas” da Baixada Fluminense. As que se foram, as que estão e as que virão. Temos valor. Estamos sendo autoras da nossa própria história.

AGRADECIMENTOS

Uma tarefa muito difícil é nomear pessoas para agradecer, pois o meu percurso dentro da graduação foi recheado de pessoas maravilhosas, dentro e fora da faculdade. Ninguém se faz sozinho, e se hoje me faço pedagoga, é graças a soma das forças de todos e todas que permaneceram comigo até aqui. Então, vamos lá, início agradecendo e enaltecendo o meu irmão Gabriel Gil, que segurou as barras mais pesadas ao meu lado, que foi um ser maravilhoso e potente dentro do meu processo. O meu processo de escrita não foi algo fácil, a minha insegurança me deixava parada. Uma escrita com um tema que eu havia escolhido, mas que por diversas vezes não conseguia sair do campo das ideias. Muitas lutas enfrentadas, perdas e ganhos também. Porque todo o processo me trouxe um amadurecimento maior sobre minha vida profissional e pessoal.

Agradeço a minha mãe, que mesmo sem entender muito o que era um TCC, torcia e cuidava de tudo para que eu conseguisse terminá-lo. À minha irmã Fernanda que participou em momentos que foram cruciais para a minha formação. Aos familiares no geral por todo o apoio e carinho que tiveram comigo na caminhada.

Sou grata a minha orientadora que me escolheu, e que mesmo diante de todas as dificuldades, NUNCA desistiu de mim. Se tem uma professora que acredita no potencial de seus alunos e alunas, essa professora se chama: Amália Dias. Só tenho a te agradecer, porque apesar de todas as idas e vindas, você escolheu ficar comigo até o fim, e estamos aí com o TCC pronto. Vencemos com carinho! Jamais vou esquecer do momento em que eu compreendi através das suas fala e ações, que com amor, carinho e muito profissionalismo, mesmo que seja por um trabalho acadêmico, a gente chega em qualquer lugar, pois foi isso que me demonstrou com seus retornos, correções, conversas e todo o amparo para que eu concluísse com êxito a graduação.

Aos professores da FEBF, em especial, o Alexandre Ribeiro que me apoiou em diversos momentos dentro da minha escrita e que sempre me impulsionava com palavras. Obrigada por isso e pelas caronas na volta para casa, me salvavam sempre, e à professora, Andrea Paula que nunca me deu nenhuma disciplina, mas que me fortalecia a cada encontro que tínhamos. Era esporro atrás de esporro, mas sempre ao final tinha uma palavra para fortalecer.

Aos técnicos, que sempre me salvavam nas minhas loucuras para encaixar

disciplinas, para bater meu RID certinho e fazer minhas declarações de última hora ou aqueles que abriam um tempinho e se disponibilizavam para me auxiliar nos meus processos de escrita... salve Fernando, salve Leonardo! Aos/ as guardas Rosangela, Wiil e os demais, que sempre me salvavam com um cafezinho, com uma chave e com uma palavra de carinho. A FEBF por ter me acolhido e ter me formado não só como uma pedagoga, mas como um ser humano melhor. Não tem como não passar pela ousada e não se transformar.

Ao Luciano, estudante da graduação, ao José, morador da Cidade dos meninos, por me disponibilizarem matérias que tratavam sobre o tema, me dando um suporte para o fechamento do recorte.

Aos meus amigos da vida, da infância, Fernanda Azevedo, Felipe (Louro), Alexandre e Rodrigo por estarem lado a lado comigo, torcendo por cada conquista minha. Obrigada por chorar o meu choro, e vibrarem a cada vitória comigo.

Aos meus amigos da graduação que me acompanharam e viveram todo o processo da graduação, períodos difíceis, alegrias, conquistas, festas, boas risadas, e estudo comigo: Ana Paula, Piedro, Milena, Larissa Cruz, Carolzinha, Ingrid Silva, Carina, Sharah, Ariany, Joseane, Juliana, Thainá, Jaqueline, Tamara, Gabi Nunes, Rafaela, Thiago, Marcele, Jonathan... As meninas do coletivo “Filhas de Dandara”, que me ensinaram e me ajudaram na construção no que eu sou hoje. Ao grupo de pesquisa, ensino e extensão EHELO (Estudos de História da educação Local), por me agregar novos ensinamentos e pelas trocas.

O meu muito obrigada para o meu grupinho a “força da mulher sapatona”, que me fortalecia a cada encontro, a cada palavra, especialmente Milena, por muitas das vezes disponibilizar sua casa, computador e o tempo para me ajudar. Ao “6 ano”, minhas amigas, por serem potência o tempo todo. Em especial para Ana Paula Esteves que foi minha amiga em todo o percurso da graduação, estivemos lado a lado, se importando e cuidando uma da outra. Ao João, por estar comigo em tudo, por me apoiar, por ser alento em meio ao caos. Ao Wallace, por acreditar em mim, por toda amizade confiada até hoje. Se sou que sou, é graças a vocês todos e todas.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho do DEGASE que contribuíram com trocas, com carinho e incentivos a todo momento, cada um a seu modo, mas foram fundamentais para que minha graduação fosse concluída, são eles/elas: Wander (Da Prata), Seu Paulo, Marco Aurélio, Marcos Calbo, Peçanha, Fillipinho, Raphael, Marcel, Soraya, Edson (Macumba), Allan, Roberta, Ana Angélica, Cristiana, Luanna, Erica (Japa), Armando e Martinha.

Aos meus amigos e parceiros de trabalho na Escola Municipal Anísio Teixeira, que sempre estão na torcida por mim e por esse TCC, Manna e Julia, e em especial, a Jessica e Mateus pelo o apoio e força de todos os dias. Sou mais forte com vocês!

Sou grata por tantas mãos em minha vida e pela escuta generosa de Daiane, minha psicóloga, que me acompanhou e me fortaleceu em cada sessão. E me fez compreender, que mesmo quando tudo parece está difícil dentro de mim, quando me prolongo em uma dor, em um projeto, consigo permanecer e não desistir para concluí-los. Obrigada por tanto. Você foi fundamental na minha vida. Todos e todas precisam de uma Daiane na vida. Ô Mulher potente!

Agradeço a todos e todas que participaram de alguma forma desta etapa da minha vida. Foi um tempo importante, de grandes lutas e aprendizados. E que venham outros. Avante!

Para a menina
Para todas as meninas e meninos de cabelos trançados ou sem tranças.

Desmancho as tranças da menina
e os meus dedos tremem
medos nos caminhos
repartidos de seus cabelos.

Lavo o corpo da menina
e as minhas mãos tropeçam
dores nas marcas-lembranças
de um chicote traiçoeiro.

Visto a menina
e aos meus olhos
a cor de sua veste
insiste e se confunde
com o sangue que escorre
do corpo-solo de um povo.

Sonho os dias da menina
e a vida surge grata
descruzando as tranças
e a veste surge farta
justa e definida
e o sangue se estanca
passeando tranquilo
na veia de novos caminhos,
esperança

Conceição Evaristo
(Poemas da recordação e outros movimentos, 2008).

RESUMO

COSTA, S.F. *Cidade das meninas na Baixada Fluminense: “Celeiro fértil e humano das mães cristãs de amanhã” (1939-1942)*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

O trabalho tem como proposta investigar, sob a perspectiva da história da educação da Baixada Fluminense, o projeto da Cidade das Meninas. Oriundo das políticas assistencialistas instituídas pela primeira dama Darcy Vargas, durante o governo de Getúlio Vargas, o projeto previa a construção no atual território de Duque de Caxias de “lares” para a “educação” de meninas consideradas “desvalidas”. A partir da historiografia sobre infância e história da educação situamos o tema de pesquisa e o contexto das políticas assistencialistas e educacionais da década de 1940. Apresentamos o projeto educacional e assistencialista a partir da pesquisa documental e à luz da bibliografia pertinente. A análise documental revela que era um projeto para meninas de classe popular, caracterizado por uma perspectiva da função social da mulher como destinada ao cuidado com o lar, filhos e marido. Uma educação dentro da concepção cristã que subalternizava a mulher. As dimensões de gênero, raça e classe social incidem sobre o tipo de concepção de infância, e, conseqüentemente, sobre o projeto de educação, de modo que Cidade das Meninas foi um projeto de controle das mulheres pobres e não-brancas ainda na infância.

Palavras chave: Meninas desvalidas. Infância. Duque de Caxias.

RESUMEN

COSTA, S.F. *Ciudad de las niñas en la Baixada Fluminense: “Granero fértil y humano de las madres cristianas del mañana”*(1939-1942).2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

El trabajo tiene como objetivo investigar, desde la perspectiva de la historia de la educación en la Baixada Fluminense, el proyecto de Cidade das Meninas (Ciudad de las niñas). A partir de las políticas asistenciales instituidas por la primera dama Darcy Vargas, durante el gobierno de Getúlio Vargas, el proyecto preveía la construcción en el actual territorio del Duque de Caxias de "hogares" para la "educación" de niñas consideradas "desfavorecidas". A partir de la historiografía de la infancia y la historia de la educación, situamos el tema de investigación y el contexto de las políticas asistenciales y educativas de los años 40. Presentamos el proyecto educativo y asistencial a partir de la investigación documental y a la luz de la bibliografía pertinente. El análisis documental revela que se trató de un proyecto para niñas de clase baja, caracterizado por una perspectiva de la función social de la mujer como destinada al cuidado del hogar, los hijos y el marido. Una educación dentro de la concepción cristiana que subordinaba a la mujer. Las dimensiones de género, raza y clase social se centran en el tipo de concepción infantil y, en consecuencia, en el proyecto educativo, por lo que Cidade das Meninas fue un proyecto para controlar a las mujeres pobres y no blancas en la infancia.

Palabras clave: niñas sin hogar. Infancia. Duque de Caxias.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
CECEL	Coordenação de Educação Cultura Esporte e lazer
EHELO	Estudos da História da Educação Local
ABM	Associação Beneficente de Menores
LBA	Legião Brasileira de Assistência
DNCr	Departamento Nacional da Criança
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
DDT	Diclorofeniltricloroetano
HCH	Human ChorionicGonadotropin

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios da Baixada Fluminense.....	25
Figura 2 - Darcy Vargas e Getúlio Vargas	28
Figura 3 - Primeira Página do Livro.....	36
Figura 4 - Foto de Darcy Vargas na Dedicatória do Projeto Cidade das Meninas.....	38
Figura 5 - Habitação destinada a 15 meninas	51
Figura 6 -Planta da Cidade das Meninas	52
Figura 7 -Fotografia do Livro Cidade das Meninas	54
Figura 8 -Fotografia do Livro Cidade das Meninas	55
Figura 9 -Fotografia do Livro Cidade das Meninas	56
Figura 10 -Fotografia do Livro Cidade das Meninas	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A HISTÓRIA E OS ESTUDOS SOBRE A INFÂNCIA	16
1.1 Perspectivas eurocêntricas de pesquisa sobre a infância	16
1.2 Os estudos sobre a história da infância no Brasil	21
1.3 A infância “desvalida”	24
2. CIDADE DAS MENINAS.....	34
2.1 “Para a grande e nunca demais louvável obra da cidade das meninas”	34
2.2 “Uma recompensa que as tornem amáveis os trabalhos práticos da casa”: Plano Geral da Educação.....	42
2.3. Eis, pois o cumprimento do resolvido com a criação da Cidade das Meninas: administração, recrutamento e amparos legais	46
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

Em razão de ser nascida e criada em Duque de Caxias e de estudar na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), unidade pertencente a Universidade do Rio de Janeiro, escolhi minha cidade como local de pesquisa para a conclusão do meu curso de pedagogia.

O interesse pelo tema que trata sobre a infância dita “desvalida”, surgiu devido a uma palestra na FEBF, quando uma aluna da graduação cita o Departamento Geral de ações Socioeducativas (DEGASE), local que os adolescentes em conflito com a lei cumprem medidas com o objetivo de uma “ressocialização”. Alguns meses depois passei para um processo seletivo e estagiei na unidade socioeducativa chamada Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e lazer (CECEL), e acompanhei junto as pedagogas os cursos profissionalizantes oferecidos. Mais tarde passei para um contrato aonde assumi a função de auxiliar socioeducativo, que designa todo o acompanhamento dos adolescentes dentro e fora das unidades do DEGASE.

No meu percurso dentro da graduação, convidada pela minha professora e orientadora, Amália Dias, participei do grupo de pesquisa Estudos da História da Educação Local (EHELO), onde dei forma ao meu tema. E com base nas leituras e com o interesse em falar sobre a infância dita “desvalida”, fechamos o tema e começamos a pesquisa. Não tínhamos muitas fontes até localizar o projeto da Cidade das Meninas (PORTO, 1942).

O objetivo da pesquisa é trazer através do documento (PORTO,1942), contextualizando com o governo Vargas e suas intenções para com a infância do período, sobre a história da educação local e de como era a proposta de educação para a infância, principalmente, para as meninas pobres da Baixada Fluminense.

O primeiro capítulo dispõe-se a trazer sobre os estudos e a história da infância dentro do âmbito europeu e nacional, trazendo autores e influências sobre o assunto. Diferentes momentos da produção sobre história da infância proporcionaram o cenário atual do campo, onde há maior atenção em não tratar “infância” de modo generalizado, pois as condições de “infância” dependem de questões sobre território, gênero, raça e classe social. Por isso situa-se como se pensou a infância dos pobres pelas elites no período tratado (1938-1942), e como no contexto nacional se gerou a ideia da criança pobre, de inocente e pura, sofrer toda uma

“transformação” por sua condição de abandono até chegar a ser considerada um “perigo” para a sociedade que se almejava, dentro de valores cívico-cristãos.

O segundo capítulo se debruça na fonte “Cidade das Meninas. Sugestões de Rubens Porto. Empreendimento Sob o Alto Patrocínio da Sra. Exma. Darcy Vargas” (PORTO, 1942), e vem trazendo detalhadamente todo o processo de como seria desenvolvido o projeto educacional, desde as ideias, o público, o espaço e até o seu funcionamento. Fala sobre o ideal de mulher do período, traz a figura da primeira dama, idealizadora do projeto, como personagem de grande importância para o nosso tema. Ele ficou subdividido em três partes: I: “Para a grande e nunca demais louvável obra da cidade das meninas”, II. “Uma recompensa que as tornem amáveis os trabalhos práticos da casa”: Plano Geral da Educação, III. Eis, pois o cumprimento do resolvido com a criação da Cidade das Meninas”: administração, recrutamento e amparos legais.

Os debates sobre os modos de produzir uma história da infância e da história das instituições destinadas a infância nos levaram a compreender que os estudos europeus que inauguraram o tema foram importantes para suscitar a história da criança como objeto de investigação. Contudo, é necessário considerar que as concepções sobre infância serão informadas por políticas de controle conforme o gênero, raça e classe social das crianças.

O projeto da Cidade das Meninas, sob a aparência de política assistencialista, estava muito longe de ser um projeto de inclusão. Sobre a aparente preocupação com os cuidados com a infância, encontramos uma concepção de gênero, raça e classe que parte de diagnósticos sobre as camadas populares como classes perigosas, de uma reprovação dos hábitos de vida e circulação pelas cidades das mães das classes populares e, de conformação da função social da mulher a moral cristã e, também de uma concepção racista de degenerescência das mulheres negras.

1.A HISTÓRIA E OS ESTUDOS SOBRE A INFÂNCIA

1.1 Perspectivas eurocêntricas de pesquisa sobre a infância

A presente pesquisa tem como base a história da infância, perpassando pelo seu surgimento, seus estudos, principais autores e fatos importantes que serão de suma importância para a compreensão de como a mesma se construiu nos moldes que estão na sociedade até os dias atuais. Assim, compreendemos nossa proposta de estudo acerca de uma instituição para meninas em Duque de Caxias, como uma temática do campo da história da infância e de sua educação.

De acordo com Heywood (2004, apud CARDOSO, 2014, p 43), na antiguidade até o século XVIII, as crianças no Ocidente eram vistas como deficientes, tinham a ideia de um adulto imperfeito, havia pouco interesse para estudar esta etapa da vida. Somente mais tarde, no século XIX é que começou o estudo sobre a infância em grande escala.

[...] Até os anos de 1960, segundo Hans Peter Dreitzel, os pesquisadores consideravam a criança como um “organismo incompleto”, que evoluía em direções distintas, em resposta a estímulos diferenciados. Mais uma vez, a idade adulta era a etapa fundamental, para qual a infância não passava de uma preparação. Toda a ênfase da antropologia, a psicologia, a psicanálise e a sociologia recaíam sobre a evolução e a socialização.(HEYWOOD, 2004 apud CARDOSO 2014, p.43):

Segundo Cardoso (2014, p. 44), em 1990, a sociologia com Alan Prout e Allison James apresentavam alguns novos aspectos para a infância e em 1998, juntamente com Chris Jenks em torno de algumas abordagens que são elas:

- 1º A infância deveria ser compreendida como uma construção social, e os termos “criança” e “infância” teriam significados diferentes, variando de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço.[...]
- 2º A criança e a infância seriam variáveis da análise social, a serem compreendidas em conjunto com outras, principalmente, levando- se em consideração a classe social, o gênero e a etnicidade [...]
- 3º As crianças deveriam consideradas como partes ativas na determinação de suas vidas e das vidas daqueles que estão ao seu redor. [...] (CARDOSO, 2014, p. 44- 45)

De acordo com Cardoso (2014, p. 46), o conhecimento acerca da história da família e, conseqüentemente, da infância sofreu a influência de quatro obras: *L’ Enfant et la Vie famialesous I ‘ Ancien Regime* (1972), de Philippe Ariès, *Familles: parenté, Maison, sexualitédans I’ Anciennesociété* (1976), de Jean- Louis Flandrin, *Making of the Modern Family*(1976), de Edward Shorter, e *Family, Sex andMarriage in England 1500-1800* (1977), de Lawrence Stone.

Tendo em vistas os aspectos observados no parágrafo acima, as principais obras que perpassavam a infância, incluíam a família em seus estudos. Fato este que de acordo com Anderson (1984 apud CARDOSO, 2014, p.46), fazia parte de “uma ideia criada pelos seus próprios membros e, também, por certos “grupos de interesses profissionais auxiliados pelos meios de comunicação de massa.”

Apesar de poucas fontes disponíveis acerca do assunto, os principais autores a pesquisarem sobre as questões que permeiam a “infância” foram: Ariès, Shorter, Stone e Flandrin. Mesmo com todas as críticas devido às restrições das suas respostas e conclusões baseadas em suas vivências, apresentavam algumas ideias em comum: Uma delas diz respeito à noção de “família” que Flandrin concluiu em Anderson (1984 apud CARDOSO, 2014, p.47) “o conceito de família [...], tal como em geral é definido nos nossos dias [somente o casal e seus filhos], só existe na cultura ocidental desde uma data relativamente recente.”

Há um consenso entre Aries, Shorter, Stone e Flandrin de que, no século XVI, a noção de família como grupo nuclear, conjugal e privativo, estava ausente entre quase todos os setores da população, posição contestada para a Inglaterra por A. Macfarlane, em 1978. (ANDERSON, 1984 apud CARDOSO, 2014).

Outra ideia diz respeito ao poder paterno no Antigo Regime, o comportamento da família era caracterizado por fortes características associadas ao respeito, ao patriarcalismo e ao autoritarismo: “O poder do marido sobre a mulher e as crianças é amplamente citado, não só relativamente às questões econômicas, mas também ao controle moral incluindo o direito de usar a força física sobre as mulheres e as crianças.” (ANDERSON, 1984 apud CARDOSO, 2014, p.48). No que se refere às ideias divergentes, para Anderson “[...] esses autores nem sempre estão de acordo no que diz respeito: à cronologia, aos grupos sociais em que as mudanças ocorreram no primeiro, e às causas das mudanças.” (ANDERSON, 1984 apud CARDOSO, 2014, p.49).

Segundo Cardoso (2014, p.49), ao longo dos séculos, a família foi modificada, entre as massas trabalhadoras e a aristocracia rural, e logo depois entre as massas trabalhadoras e a aristocracia urbana. No século XVII, a mudança ocorreu na América do Norte e na Inglaterra; após isso, na França e a partir do final do século XVIII, nas outras regiões da Europa.

Segundo os autores que tratam sobre o tema, a mudança na família ocorreu, em parte, devido à diminuição do controle social externo, a partir do século XVI. As motivações religiosas teriam diminuídos com o progressivo enfraquecimento das doutrinas puritanas.

De acordo com Cardoso (2014, p.52), a relação entre pais e filhos também é um dos temas abordado nos estudos de Stone e relata como ocorreram transformações nas atitudes. Em Anderson (1984 apud CARDOSO, 2014) “As boas mães são uma invenção da modernidade. Na sociedade tradicional as mães encaravam com indiferença a evolução e a felicidade das crianças com menos de dois anos”. E “a família conjugal tornou-se objeto de veneração, o mesmo acontecendo com o culto da “verdadeira feminilidade doméstica”, em grande medida a ela associado”. (CARDOSO, 2014, p.51).

Os estudos sobre a infância dividem opiniões acerca dos autores. De acordo com Anderson (1984 apud CARDOSO, 2014), Ariès, menciona na sua obra *Centuries of Childhood*: “(...) a infância não existia na sociedade medieval, pois os seres humanos, quando muito frágeis para participarem da vida adulta, simplesmente ‘não contavam’, ou nem sequer eram encarados como “humanos”. “Por outro lado, assim que conseguia viver com alguma autonomia, as crianças passavam a fazer parte do mundo dos adultos: “As crianças vestiam-se como adultos, trabalhavam como adultos e até ampara a guerra como adultos”.

Segundo Cardoso (2014, p.53) muitos acreditam que, só com o passar do tempo, acabou-se percebendo que as crianças eram diferentes dos adultos, e “e não versões miniaturas destes”.

[...] Ariès observou que, na Idade Média, a criança parecia representada tal qual um adulto, apenas numa escala menor, e entendeu que isso significava a forma como os pequeninos eram vistos pela sociedade naquela época e que, somente no século XVIII, a criança começou a ser representada com um ser diferente do adulto, que merecia uma atenção especial (CARDOSO, 2014, p.54).

Segundo Ferreira (2000 apud CARDOSO, 2014, p.54), Ariès difundiu a idéia de que os moralistas viam as crianças como “uma criatura de Deus fraca e inocente que era preciso simultaneamente preservar e modificar, um ser cujo comportamento devia estar treinado e corrigido.”. Assim, as crianças passaram a ser consideradas como ANDERSON (1984 apud CARDOSO, 2014, p.54) “seres frágeis que precisavam ser compreendidos e protegidos, criaturas com um potencial para o bem e mal que necessitavam de disciplina para garantir a supressão do mal e o encorajamento do bem”.

De acordo com CARDOSO (2014) Ariès via a disciplina severa como consequência para a educação infantil e para Stone como “pecado original”. Segundo Ferreira (2000 apud CARDOSO, 2014, p. 54), “considerou -se que os educadores e os pais acreditavam que as crianças precisavam de ser batidas para ser treinadas e que o conceito de pecado original teria alimentado a convicção de que só um tratamento severo podia curá-las da sua condição de pecadoras”.

Conforme Cardoso (2014) Shorter e Stone não se desencontravam muito com as ideias de Ariès na forma dos adultos lidarem com as crianças. Os adultos não enxergavam as crianças como humanas e as mães não conseguiam entender as emoções de seus filhos/filhas e não se afeiçoavam por eles/elas. A própria entrega dos filhos a amas era um ato de desapego e indiferença com as crianças.

Para Stone até a terceira década do século XVII, os interesses do grupo se sobrepunham aos individuais e por isso a criança era desvalorizada, e a mudança nesse modelo teria acontecido entre a segunda metade do século XVII e o início do século XIX. (CARDOSO, 2014, p.55).

Segundo Cardoso (2014), A indiferença e a negligência com as crianças fizeram aumentar o índice de mortalidade infantil. Houve segundo Ferreira (2000 apud CARDOSO, 2014, p. 56): “um número crescente de casais, através de práticas anticonceptivas, souberam escapar ao ciclo superfundidade-supermortalidade abrindo caminho ao sistema demográfico atual e a um novo modo de se encarar a progenitura”. Conforme Cardoso (2014), as ideias desses autores influenciaram muitos pesquisadores, principalmente os que acreditavam não existir o conceito de infância no passado.

De acordo com Cardoso (2014), algumas transformações como a economia, mudam a cultura e influenciam a sociedade ao consumo. “Para Shorter, a transformação da família ocorreu devido ao surgimento do capitalismo.” (CARDOSO, 2014, p.57). E Shorter acredita que devido a sociedade de consumo, o modo individual influencia nas relações familiares:“(…) foi o único que se preocupou com o impacto do capitalismo nas relações interpessoais”. (CARDOSO,2014, p.58) Para Anderson (apud Cardoso 2014, p. 57), o que se deu foi o desenvolvimento de “um novo ‘desejo de ser livre’, de carácter sexual e emocional, enraizado nestas ideias capitalistas e isto transformou o comportamento sexual e familiar do mais afetados pelas transformações, ou seja, as classes mais baixas”.

Segundo Cardoso (2014), Stone acredita que as transformações na família acontecem entre o final do século XVI e o final do século XVII, por ser o período de transformações no pensamento religioso, filosófico e político. “E para Flandrin as transformações ocorreram em decorrência da influência do Iluminismo e das doutrinas religiosas em evolução” (CARDOSO, 2014, p.57).

Para Stone, Flandrin e Ariès, a transformação da família ocorreu devido ao enfraquecimento das restrições legais e das influências comunitárias, e do surgimento de novas ideias religiosas, filosóficas e educacionais sobre as relações entre os indivíduos. Assim, em nenhum momento as transformações na economia são mencionadas nas suas análises (CARDOSO, 2014, p.58).

Existiram muitas críticas à forma como Ariès coloca a dita “infância”, baseado em sua família e na cultura francesa, e para além disso tiveram novas interpretações a se pensar a “infância” por alguns autores. De acordo com Cardoso (2014), G.S. Sussman demonstra que na França os filhos/ filhas eram criados por amas pelo salário baixo de seus pais e a exigência doméstica para com as mães. Kuhlmann Jr e Fernandes, criticam Ariès sobre a relação dos adultos com as crianças, na Idade Média. E afirmam a consciência da existência do período que chamamos de “infância”. (KUHLMANN JR; FERNANDES, 2004 apud CARDOSO, 2014, p. 60) “Na Idade média teve-se a percepção nítida da especificidade da Infância”

(CARDOSO, 2014, p.60). Gélis diz que na época medieval havia preocupação com a saúde da criança, contradizendo Ariès. Linda Pollock traz que a partir do século XVI que havia preocupação com as crianças no passado. Assim como eles, surgiram muitos outros estudos criticando Ariès. (KULHMANN JR; FERNANDES, 2004 apud CARDOSO, 2014, p.63): “As tensões entre as universalidades e particularidades são inerentes à análise histórica e precisam ser levadas em conta”.

Assim, nesse breve panorama, notamos que existem vários estudos e definições para “infância”. Vejamos aqui o significado da palavra que é de origem latina, com Lajolo (2001 apud CARDOSO, 2014, p.64) “a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: in = prefixo que indica negação; fante= particípio presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer”, ou seja, sem fala, sem voz. E assim partiremos para o estudo da infância dentro do território do Brasil. As influências sofridas e como se foi pensada a infância no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

1.2 Os estudos sobre a história da infância no Brasil

Em 1921, o autor Gilberto Freyre escreve um texto sobre a história da infância no Brasil, que somente após três décadas vira uma obra, chamada: “Ordem e Progresso”. A proposta de Freyre era trabalhar a memória e as experiências históricas das infâncias no Brasil:

Se é possível indicar o caráter inovador da proposta de Freyre, presente também em outros estudos, como os trabalhos de Walter Benjamin, a produção mais sistemática de investigações sobre a história da infância tem sua gênese na recorrentemente citada obra de Phillipe Ariès: *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicada inicialmente em 1964. É interessante observar que o livro não encontrou de início, recepção significativa no mundo acadêmico. Foi com a sua tradução para o inglês, na década de 70, e a apropriação pelo campo da psicologia, que o estudo adquiriu maior visibilidade. O trabalho passou, a partir de então, a ser citado por sua ousadia na escolha do tema, criatividade e originalidade no recurso às fontes, além da inovação na interpretação das mesmas. (ROCHA; GOUVEA, 2010, p. 187).

O autor Ariès inicia e contribui para o novo campo de historiografia da História da Infância e com isso tornou-se referência. “(...) o estudo conformou um olhar transdisciplinar sobre a infância, tradicionalmente abordada à luz de uma perspectiva biologizante e essencialista, alargando apreensão de sua singularidade” (ROCHA; GOUVEA, 2010, p.188).

Segundo Rocha e Gouvea (2010, p. 188) Jacques Gélis, no seu também clássico estudo “A individualização da criança”, retoma o referencial analítico de Ariès, reinterpretando os

dados históricos apresentados. Gélis faz uma crítica à Ariès e encontra fragilidade da formulação de um modelo evolutivo, pois o autor fala sobre o contexto de classes abastadas dos países centro-europeus, e as ideais não caberiam aos outros tipos de classes e contextos.

Através dos estudos sobre a história da infância, conseguimos alcançar novas investigações e compreender que não existe uma infância e sim as “as infâncias”: Assim, já não é possível falar da infância no singular, mas de múltiplas vivências dos indivíduos de pouca idade, definidas por seu pertencimento social, étnico- racial, religioso, de gênero, etc. (ROCHA; GOUVEA, 2010, p.189).

De acordo com Rocha e Gouvea (2010, p.189) diante do crescimento de novas produções, os conceitos foram mudando e alguns termos, como infância e criança passam a ser questionados. Segundo Kuhlklmann Jr e Fernandes (apud ROCHA; GOUVEA, 2010) a história da infância seria, portanto, a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com esta classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade.

Os autores conceituam a infância pela condição social das crianças. De acordo com Kuhlklmann Jr (1988 apud ROCHA; GOUVEA, 2010) destacam-se dois eixos de abordagem: os estudos sobre as práticas de cuidado e proteção à infância e as pesquisas voltadas para a produção de um imaginário em torno da infância. Claro que tais eixos dialogam diretamente na construção histórica do tempo da infância, mas constituem dimensões diferenciadas de investigação. O estudo dos saberes e das práticas, embora englobando dimensões que se relacionam, exige o recurso a fontes e procedimentos metodológicos distintos.

No Brasil, um levantamento realizado por Rizzini, em 2001, aponta que a produção historiográfica sobre a infância vem experimentando, nos últimos anos, significativa ampliação, expressa tanto no aumento do número de títulos, quanto na constituição de grupos de pesquisa, a qual tem sido acompanhada da configuração de uma crescente comunidade de pesquisadores da área. Em seu levantamento bibliográfico, a autora indica dados significativos em relação à produção brasileira, que totaliza 38 títulos na década de 1980, sendo registrados, na década de 90, 160 estudos, entre artigos, dissertações e teses (ROCHA; GOUVEA, 2010, p.190).

Em 1990, o estudo sobre a infância passa a ser objeto para outros campos das ciências sociais, como sociologia, filosofia e antropologia. E com os novos olhares para o tema, ganhamos uma mudança epistemológica. “(...) a infância é entendida como categoria social, que informa categoria social, que informa a inserção de sujeitos concretos, ou seja, uma categoria que permite interrogar sobre a inserção de crianças na vida social, em diferentes tempos históricos e espaços sociais”(ROCHA; GOUVEA, 2010, p.190).

A partir de uma perspectiva histórica nos debruçamos e procuramos o entendimento sobre a história da infância e sua evolução. A infância perpassa muitos espaços e momentos, e com isso mudanças nas ideias que vão refletindo nas gerações.

Segundo Rocha e Gouvêa (2010, p. 191), o autor José Gondra investigou no campo medico-higiênico como eram delimitadas as competências para a fase da infância, as práticas de cuidados para as novas gerações e as instituições responsáveis pela sua socialização. O que se refere às etapas e o desenvolvimento da criança tornam-se pertinente entre os autores.

O autor Antônio Gomes Ferreira em “A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circulam no contexto português (séculos XVIII a XX)”, pesquisou os sentidos acerca da infância e às diferentes fases do desenvolvimento infantil com cunho científico. (ROCHA; GOUVÊA, 2010).

A autora Pimenta Rocha em “A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina”, analisa um Congresso de Higiene Escolar e Pedagogia Fisiológica, realizado em Paris, em 1905, com o intuito de produzir sobre higiene escolar. E diante do que encontra toma base de conhecimentos das leis sobre o desenvolvimento da criança e a difusão da escolarização elementar (ROCHA; GOUVÊA, 2010).

No cunho pedagógico temos o artigo de Cynthia Greive Veiga com “conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX”, e propõe compreender o processo de escolarização da infância brasileira tratando sobre a identidade étnico racial. É analisado sobre como a instituição escolar inicia e faz parte da ideia de civilização e exclusão de uma sociedade (ROCHA; GOUVÊA, 2010).

As autoras Vera Beltrão Marques e Fabiana Farias escreveram um artigo tratando sobre os aspectos étnico-raciais que contribui para as práticas históricas de socialização da infância brasileira, “façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a Inspeção Médico – Escolar no Paraná dos anos 1920”, analisando as propostas de inspeção medico-escolar implantada no Paraná.

Examinando os objetivos que orientam os discursos e as práticas instituídas pelos médicos nas escolas, as autoras detectam as preocupações em relação às singularidades populacionais e aos objetivos de nacionalização, evidenciando os sentidos que assumiu o projeto médico-higiênico nesse estado (ROCHA; GOUVÊA, 2010, p.191).

As práticas de socialização da infância trazem um referencial de Adrián Ascolani, “Libros de lectura en la escuela primaria Argentina: civilizando al niño urbano y urbanizando al niño campesiano (1922- 1946)” e desenvolve o texto sobre a literatura como um discurso de

civilizador, e faz uma leitura de como o papel da escola é determinar comportamentos e coesão nacional.

De acordo com Paulilo e Vidal (2014), desde o século XIX, educadores e escritores insistiam em uma produção para a infância brasileira. E em 1886, o livro “Contos Infantis” foi publicado por Julia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira pela Typografia Mattos Moreira e a obra foi reeditada e utilizada pela Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da capital Federal nas escolas primárias. “O livro tinha por objetivo a educação moral e estética da criança [...]” (PAULILO; VIDAL, 2014, p.19). Mais tarde, em 1916 encontramos no livro “Minha Terra e minha gente”, publicado por Afrânio Peixoto, que na época era diretor da escola Normal da capital da República, o livro valorizava os “bons costumes e o apego à terra” (PAULILLO; VIDAL, 2014, p.21) entre outras obras que pretendiam ensinar a moral cívica e conceitos de família e pátria.

E a literatura infantil passou a ser objeto de estudo no Brasil também ganhando contribuições com o artigo de Moyseskuhlmann Jr e Maria das Graças Magalhães, “A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (1920-1940)”. Utilizando como fontes almanaques produzidos pela indústria de medicamentos, e fazendo uma leitura de como seria a imagem de criança para aquele período: saudável, escolarizada e moldada ao ideal de futuro da nação.

No artigo de Sandra Carli, “Notas para pensar La infância em la Argentina (1983-2001): Figuras de la história reciente”, a autora analisa a história do presente e se propõe a visibilizar as histórias das infâncias e suas mudanças sociais através da sociedade argentina. E assim se deu a o estudo da formação da “infância” e das crianças através de seus autores e educadores brasileiros e brasileiras.

Assim, procuramos apontar que existe também uma extensa bibliografia e modos de estudos da infância e de sua escolarização no Brasil. Sem pretensão de realizar um levantamento bibliográfico e revisão de bibliografia, apenas procuramos compreender em que universo acadêmico é possível ancorar nossa intenção de estudar um projeto para uma infância feminina, negra e pobre que foi lançado para a Baixada Fluminense, no atual território de Duque de Caxias, na década de 1940.

1.3 A infância “desvalida”

Com base no que estudamos sobre a infância até aqui vamos trazer um pouco da história local, abordar a Cidade de Duque de Caxias e a infância dita “desvalida”, que é a proposta desta pesquisa. Escavando um pouco do passado com a professora Marlúcia Santos (2014), que nos informa que no pós-1930 “Caxias tornou-se ainda um lugar impactado pelos projetos “modernizantes” do Governo Vargas remodelando totalmente o desenho da região.” (SANTOS, 2014, p.86). Os projetos são:

1) O investimento em saneamento básico e na diversificação agrícola como estratégias de revalorização fundiária e recuperação da produção agrária; 2) a implementação do Núcleo São Bento como política de colonização nas terras públicas; 3) a instalação da Cidade dos meninos como prática de assistência e de formação do trabalhador nacional; 4) a construção da cidade motor para o fabrico de aviões e, principalmente, como espaço de formação do trabalhador nacional a serviço da industrialização (SANTOS, 2014, p.86).

No início do período republicano “Duque de Caxias” ficava localizado como um distrito do município de Nova Iguaçu, região da Baixada Fluminense:

Duque de Caxias é um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense. No entanto, as definições do que vem a ser Baixada Fluminense são múltiplas. Geograficamente, a Baixada Fluminense corresponderia a região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo Norte, até o Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro. Outro conceito fisiográfico utilizado pelos geógrafos e também recorrente é o da Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restrito à região do entorno da Baía de Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí. (SOUZA, 2014, p.14)

Tomaremos aqui a região numa perspectiva histórica.

Figura 1- Municípios da Baixada Fluminense



Fonte: RODRIGUES, 2020, p. 24.

“Nas décadas de 1920 e 1930, Nova Iguaçu tornou-se a maior produtora de laranjas do país, exportando para São Paulo, Argentina e Europa” (SANTOS, 2014, p.88), ficando conhecida como “cidade perfume” ou “Califórnia do Brasil”. Diante de todo o contexto

nacional e interesses políticos, o Governo Vargas, que assumiu o poder federal em 1930, queria não só higienizar o Rio de Janeiro, mas “formar” seu futuro “trabalhador”.

A expansão urbana da atual cidade de Duque de Caxias, então distrito, dependia de condições de sobrevivência, e uma delas era o serviço de saneamento básico, e a classe dominante e a política usaram isso a seu favor. E com algumas mudanças como a abertura da “Estrada Rio- Petrópolis, os investimentos realizados pelo Governo Vargas na região e na proximidade da cidade do Rio de Janeiro, facilitada pela Estrada de Ferro da Leopoldina” (SANTOS, 2014, p.90), a partir dos anos 30, aumenta o processo urbano da cidade. De acordo com SANTOS (2014), foi no período anterior, no Governo de Nilo Peçanha, que se ampliou a base política na Região Fluminense. E assim começou a distribuição de “[...] benefícios e cargos públicos em trocas de fidelidade eleitoral” (SANTOS, 2014, p.90).

O processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, principalmente, Duque de Caxias, foi desenhado a partir dos interesses dos grupos dominantes locais subordinados aos núcleos centrais de poder e dos interesses dos grupos que detinham o controle do aparelho burocrático e político do poder central. (SANTOS, 2014, p.19).

O poder político local era controlado por uns poucos proprietários e pelos mais importantes comerciantes locais:

Eles possuíam propriedades, atuavam no comércio, nos aparelhos de controle, como as delegacias, e no aparato burocrático da administração local. O comércio local era controlado por imigrantes portugueses, espanhóis, sírios e árabes. Muitos desses imigrantes abandonaram a Europa durante a Guerra de 1914. Seguiam o curso das estações, compravam uma pequena área e instalavam seu comércio (secos e molhados, açougue, armazém e botecos) ou simplesmente tornavam-se moradores do lugar (SANTOS, 2014, p.94).

Com os “avanços” introduzidos por Vargas, a industrialização crescendo, a cidade de Duque de Caxias que até 1930 era uma região rural, passou a ter um acesso mais fácil à cidade do Rio de Janeiro, e a urbanização cresceu também: “A corrida para o Oeste da cidade de Rio de Janeiro em busca de emprego, moradia e terra para lavrar revelava-se penosa para os trabalhadores que tinham que enfrentar a violência, a malária, os conflitos de terra [...]” (SOUZA, 2014, p.99). A cidade “representava o acesso a extensas propriedades e a possibilidade de lucro fácil” (SOUZA, 2014, p.99).

Uma das grandes preocupações do Estado era impedir a apropriação indevida de terras públicas na região. Nesse sentido, o investimento em saneamento básico deveria ser acompanhado de um projeto de colonização. Logo, os núcleos agrícolas foram implementados como instrumentos de ocupação das terras da união e de áreas vazias, como recurso para frear o movimento migratório urbano, visto como ameaçador à segurança do distrito Federal e como meio de assegurar o abastecimento de alimento para a capital federal. (SANTOS, 2014, p.115).

A ideia do núcleo era uma forma de controle estatal e serviria como educação e orientação ao homem do campo, gerando maior produção, e mantendo o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. “Os primeiros núcleos fundados na Região Fluminense foram de Santa Cruz (1930), o de São Bento (1932), o de Tinguá (1938) e o de Duque de Caxias (1941).” (SANTOS, 2014, p.116).

Segundo Santos (2014) O núcleo de Duque de Caxias sofreu dificuldades por ser próximo a metrópole e seus administradores controlavam todo o espaço e a entrada e saída de pessoas. Conforme o tempo e a falta de estrutura, os trabalhadores foram “incorporados à população urbana”.

[...] e o lotes comprados, os trabalhadores realizavam sua autoconstrução, sendo obrigados a conviver com a ausência de iluminação, de área de lazer, de esgotamento sanitário, de assistência médica, de educação e principalmente com a falta de água. (SANTOS, 2014, p.119).

O governo de Vargas foi marcado pelo nacionalismo, industrialização, urbanização, autoritarismo e assistencialismo. A vida nas camadas populares que sobreviviam nos cortiços, barracos, favelas ou construções clandestinas era sem estrutura nenhuma. Podemos observar a “ausência de políticas públicas que atendessem as necessidades do conjunto dos trabalhadores fortalecendo práticas políticas clientelísticas, beneficiando aqueles que promovem o assistencialismo”. (SOUZA, 2014. p.20) E assim ocupavam o espaço rural, o “modernizavam” e “assistiam” às pessoas com violência e autoritarismo.

Em 1938 é criado o Instituto Getúlio Vargas, “o primeiro educandário criado para amparar os menores necessitados” (PONDE, 1977, p. 148). O Presidente é homenageado: “[...] ao eminente estadista que, sensível ao drama da pobreza e dos menores abandonados, estimulou a assistência social e preocupou-se com a formação material e moral da juventude” (PONDE, 1977, p.148). O Presidente Getúlio Vargas e a Sra., Darcy Vargas são recebidos pelo Dr. Saboya Lima, o Juiz de Menores, no Instituto em imagem abaixo:|

Figura 2- Darcy Vargas e Getúlio Vargas



Fonte: Pondé, 1977, p.149.

Em todos os tempos e em qualquer parte do mundo, existiram crianças desvalidas – sem valor e sem proteção de alguém – órfãs abandonados, negligenciadas, maltratadas e delinquentes (RIZZINNI; PILLOTTI, 2011, p.17) e definido por “desvalida”, passou a ser caracterizada toda a criança identificada como inferior do ponto de vista moral, intelectual e econômico.” (CAMARA, 2006, p.47). De acordo com Rizzini:

Ao se buscar na literatura histórica referências sobre o espaço reservado à criança na sociedade brasileira no século XIX para XX, percebe-se claramente que a “criança” que mais aparecia era aquela que, aos olhos da elite, carecia da proteção do Estado e precisava ser ‘corrigida’ ou ‘reeducada’. Eram ‘expostos’, ‘orphaosinhos’, os ‘pobres meninos abandonados’, as ‘crianças criminosas’, ‘menores delinquentes’ e assim por diante. Onde constava algo relativo à infância ou à juventude, lá estava implícita a idéia de periculosidade, carregada da ambiguidade anteriormente assinalada: ou a criança personificava o perigo ou ameaça propriamente ditos (‘viciosa, pervertida, criminoso...’) ou era representada como potencialmente perigosa (‘em perigo de o ser...’) (RIZZINI, 2011, p.45).

Segundo Arantes (2011), entre 1738 e 1930, o Rio de Janeiro teve 32 instituições de recolhimento para menores e 22 associações e estabelecimentos de assistência extra asilar

existentes. Apenas 3 (três) são iniciativas do Estado, a Casa de Detenção, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Correccional. A maioria destes estabelecimentos “[...] destinados a acolher crianças “órfãs”, “necessitadas”, desvalidas” ou “viciosas” dispunha-se a oferecer algum tipo de ensino manual, prático ou profissionalizante. Segundo Rizzini, a cidade do Rio de Janeiro era “o símbolo do novo, a via de acesso ao progresso, ao sonho de liberdade”(2011, p. 32).

Territórios rurais foram instados a abrigar instituições para os menores desvalidos que deveriam ser retirados da paisagem reformada, “moderna”, “urbanizada”, “civilizada” dos grandes centros urbanos. Um exemplo foi a criação de patronatos agrícolas que segundo Mendonça(apud DIAS; COSTA, 2019, p. 3), “[...] os patronatos destinavam-se a assistir a infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses dos segmentos urbanos e industriais, empenhados em construir uma imagem de ‘cidade profilática’ e ‘moderna’”.

Essa política também foi adotada “[...]em Duque de Caxias (RJ), na década de 1950, para o enfrentamento da situação da ‘infância desvalida’ do município” (DIAS; COSTA, 2019, p.1), pois foi criado um projeto assistencialista e educacional: o Patronato de São Bento. Os “menores”, assim chamadas as crianças e jovens que estavam em situação de rua ou de abandono, que cometiam delitos, furtavam ou vadiavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, seriam levados para o projeto que seria desenvolvido. Projeto que visava higienizar a cidade do Rio de Janeiro, tirando essas vidas de circulação de áreas privilegiadas.

Em 1955, o projeto desenvolveu-se através da Associação Beneficente de Menores (ABM), e a instituição ficou conhecida como “Patronato de São Bento”, com o objetivo de dar assistência aos “menores”. O projeto visava o trabalho, a escolarização, os valores e a religião católica: “Identificamos um projeto de controle social da infância pobre que fundamentava a ação pedagógica da instituição” (DIAS; COSTA, 2019, p.3).

A igreja católica ficou responsável pelas ações do projeto, tendo a figura de Dom Odilão, como diretor e secretário do espaço, que foi realizado na Fazenda São Bento, que pertencia à igreja. “Na análise dos relatórios sobre o Patronato, identificamos a colaboração entre a ABM e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), principal agência de assistência social a Infância do governo federal no período”. (ibid, p.4).

Devido à perseguição ao trabalho informal aos jovens que trabalhavam como engraxates, jornaleiros e outros, em 1953 o juiz da cidade do Rio de Janeiro regulamentou o trabalho para os “menores” abaixo de 14 anos, e a carteira de trabalho para os acima de 14 anos, instituindo um objeto de controle estatal, que daria “passe livre” para que os menores

transitarem na cidade em atividades de trabalho, sem correr o risco de serem recolhidos pela polícia.

A institucionalização dos ditos “menores”, o corpo dócil e controlado, era o projeto de limpeza e civilidade da cidade. Eles passam a andar com uniformes, carteiras de trabalho e com isso tornando a cidade mais organizada. “[...]desde os primeiros anos de atuação, observamos que a dimensão “moral” esteve presente no cultivo da idealização do trabalho, da família e da disciplina como bases importantes para a formação desse menor “útil” para a família e para a cidade” (DIAS; COSTA, 2019, p.6).

A experiência do Patronato São Bento em Duque de Caxias reforçava a importância do trabalho subalterno, e escolhiam alguns jovens para “vigiar” o trabalho alheio. A educação não era tão importante, as aulas noturnas estavam lá para quem conseguisse após um dia de trabalho, e o resultado era de continuidade do analfabetismo entre os jovens trabalhadores.

Segundo Dias e Costa (2019), “O Patronato de São Bento obteve financiamento de campanhas e de verbas federais e estaduais e por meio de agências como o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), principal instituição de assistência social do governo brasileiro por diversas décadas”. Em julho de 1959, o internado começa a funcionar no Núcleo Colonial São Bento, na antiga Fazenda São Bento, assumido pela ABM que se responsabilizada por “[...] todos os encargos de educação, amparo e cuidado direto dos menores.”

A manutenção da ordem através da disciplina e da moral religiosa eram condições imprescindíveis para que os “menores” permanecessem no espaço de internamento, além da associação de que esse espaço era o mais próximo de um lar com características específicas de um lar cristão. (DIAS; COSTA, 2019, p.12).

A instituição tinha um formato disciplinador e com isso muito “menores” fugiam e não rendiam como o esperado. Quando não enquadrados nas regras do espaço, eram retirados. E assim se deu o Patronato de São Bento, com um projeto baseado no catolicismo, com a ideia de trabalhos voltados para agricultura e subserviência, sem muito incentivo à educação de fato, em um ambiente disciplinador e cheios de “bons costumes”. A educação para os meninos “desvalidos” era dada desta forma e não foi diferente para as meninas “desvalidas”. Recuperamos aqui aspectos principais sobre o Patronato São Bento porque se trata de pesquisa pioneira acerca de instituição criada para infância desvalida em Duque de Caxias. Contudo, era destinada apenas a meninos.

Segundo Martha Abreu (2000), a expressão “menina” sugere a ideia de uma criança do sexo feminino, ou “mulher nova”, de menor idade, que tem o direito à proteção. Contudo,

quando se tratava das meninas da classe popular, e “defloradas”, o tratamento era igual à uma mulher, eram dadas como “perdidas”, ou seja, desvalidas.

Especificadamente em relação às meninas, observa-se grande preocupação dos estabelecimentos caritativos com sua honra, separando-as em “puras” e “impuras”. Caso ocorresse o defloramento, a menina não mais seria considerada inocente, não podendo mais conviver com outras meninas. Um dos diretores do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941 e que foi substituído em 1964 pela Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) descrevendo os horrores que lá aconteciam, menciona a triste situação de meninas que haviam sido desvirginadas e que eram consideradas indignas. Assim, o próprio SAM separava em diferentes internatos as meninas virgens. (ARANTES, 2011, p.183)

As meninas da classe popular viviam segundo os médicos, juristas, membros do Clero, literatos e jornalistas “em meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos, perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação a malícia e à liberdade...” (ABREU, 2000, p.289). Os costumes eram outros, a configuração de família e as condições também eram outras, eram muitas faltas, e diante deste cenário os projetos para essas meninas começam a aparecer.

Em estudos sobre as meninas “desvalidas” no Rio de Janeiro, temos o estudo do professor Alexandre Ribeiro Neto (2013) que apresenta a obra “Tenha Piedade de nós: Uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade – 1925-1930”, que retrata a educação para as meninas “desvalidas” em Paraíba do Sul. As meninas eram esquecidas no período retratado. “[...] o processo educacional privilegiava a educação dos meninos; as meninas eram deixadas em casa aos cuidados das mães que lhes ensinavam as prendas do lar” (RIBEIRO NETO, 2013, p.21).

A preocupação com as meninas começa quando a sociedade começa a ver ameaça a um defendido “modelo” de “família tradicional brasileira”:

As meninas pobres eram encaminhadas para os recolhimentos aos cuidados das irmãs de caridade que as ensinavam a ler, escrever e contar, além dos exercícios dos votos. A intenção era que elas não caíssem na prostituição e ficassem longe dos lugares de má fama que podiam manchar a honra das mulheres das mulheres honestas (RIBEIRO NETO, 2013, p. 21).

A obra de Ribeiro Neto (2013) contextualiza a história da infância na década de 1920. Conta sobre a roda dos expostos, que era um local onde as crianças órfãs eram deixadas para uma possível adoção, desde o período colonial. Trata sobre o vínculo da igreja e o Estado. Perpassa pelas instituições que ficam destinadas ao trabalho com a infância desvalida e suas atuações pedagógicas e como se deu a “educação” para as meninas desvalidas através da Instituição Educandário Nossa Senhora da Piedade.

Assim como foi para a infância dos meninos “desvalidos” que se esperava somente a força do trabalho, também foi para as meninas “desvalidas”, que se esperava um modelo de esposa. Como vimos mais acima, elas foram consideradas uma ameaça para a sociedade que

se pretendia formar. A menina de veria ser a futura esposa e mãe daquela sociedade, não podia ter comportamento fora do modelo que estava posto. Deveriam “educar” as meninas e preveni-las da prostituição com o ensinamento católico e bons costumes. “Cuidar da infância desvalida era, do ponto de vista dos médicos, não só uma questão moral, mas também um problema que se deveria enfrentar com severidade e com instituições próprias” (RIBEIRO NETO, 2013, p.14)

O Educandário Nossa Senhora da Piedade, por seu próprio nome, evidencia uma proposta católica. Era a Igreja e os políticos locais que estavam no projeto. Ele tinha como base “educar” as meninas e preveni-las da prostituição com o ensinamento católico e bons costumes. (RIBEIRO NETO, 2013, p.78)

De acordo com Passetti (200, p.347), “No Brasil com a proclamação da República esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo numa sociedade de território amplo e de natureza abundante e generosa”. Só que não foi isso que ocorreu, com toda ideia de progresso, o início do século XX não foi fácil para as crianças e jovens, filhos e filhas da camada popular do Brasil. A estrutura excludente da camada popular, gera famílias, escolas, fabricas e internatos como se estivessem em uma guerra para sobreviver. Era a guerra de uma infância sem valor e invisível. O pensamento dominante produziu:

Essas pessoas moravam no subúrbio, depois conhecido como periferia, em casas de aluguel, quartos de cortiços, barracos em favelas ou construções clandestinas passaram a compor a prioridade do atendimento social. Estas pessoas eram vistas trocando regulamente de parceiros constituindo famílias muito grandes, com filhos desnutridos e sem escolaridade e que cresciam convivendo com a ausência regular do pai ou da mãe. Viviam carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que se avolumaram e que as impeliam para a criminalidade tornando-se, em pouco tempo, delinquentes. (PASSETI, 2000, p. 348).

Com o discurso de que crianças eram abandonadas por seus pais, o Estado começa a intervir com políticas sociais e legislação específica. Não com o intuito de integrá-los a sociedade, mas para solucionar o problema inventado, a ameaça da delinquência e criminalidade. É quando de fato a infância desvalida chama atenção do seu Estado. E como “solução” veio as ações filantrópicas e suas políticas sociais por meio de instituições de internação. Como vimos acima, o Estado interviu em várias ações “filantrópicas” para a população das camadas populares. “[...] o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para as crianças e adolescentes”. (PASSETTI, 2000, p.348)

A internação exige das crianças e adolescentes e os transformam em seres cada vez mais excluídos.

Afinal, no internato as crianças são criadas sem vontade própria, têm sua individualidade sufocada pelo coletivo, recebem formação escolar deficiente e não raramente são instruídas para ocupar os escalões inferiores da sociedade. A

internação traz o sentimento de revolta no residente porque ali anuncia-se, para ele, a sua exclusão social. (PASSETTI, 2000, p.348).

Com um Estado em desenvolvimento, preservando a ordem e tentando “civilizar” a população mais carente, começa-se a defesa da família monogâmica e estruturada nos moldes postos. “A partir dos anos 20, a caridade misericordiosa e privada pratica da prioritariamente por instituições religiosas tanto nas capitais como nas pequenas cidades, cede lugar às ações governamentais como políticas sociais” (PASSETTI, 2000, p.350).

Em dezembro de 1923 foi expedido o decreto de nº 16.272, destinado a “proteger” os menores e delinquentes. Em 1927 foi criado o Primeiro Código de menores, que se baseia na vida das crianças e jovens do período, e regulariza o trabalho infantil. Em 1934, na Constituição, fica proibido o trabalho de menores de 14 anos, sem a permissão do juiz. Com contribuições de médicos, juízes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e economistas é feita a integração das crianças e dos/ das jovens do Brasil. De acordo com Passetti (200, p.354), “foi com o Código de Menores (Decreto nº 17.343/ A, de 12 de outubro de 1927) que o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial”.

Ao escolher políticas de internação para as crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso. (PASSETTI, 2000, p.356).

De acordo com Passetti(2000, p. 361) “Educar nas escolas públicas e privadas crianças disciplinadas e atender os abandonados e infratores em internatos exigiu formalizações particulares expressas desde o primeiro Código de Menores de 1927”. No artigo 71, já dizia sobre:

Se for imputado crime, considerado grave pelas circunstancias do fato e condições pessoais do agente, a um menor que contar mais de 16 anos e menos de 18 anos de idade ao tempo de perpetração e ficar provado que se trata de indivíduo perigoso pelo seu estado de perversão moral (...) o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o juiz declare a cessação da periculosidade. (apud PASSETTI, 2000, p.361).

A ideia de internato traça um perfil de “criminoso”, que seria o “menor infrator” e depois este menor se inserindo na sociedade. Sendo que a própria internação os estigmatiza, e o pós-internato, não é justo, e o que era para “corrigir”, vira um fardo para toda uma vida.

O objetivo principal era combater o indivíduo perigoso com tratamento médico acompanhado de medidas juristas. Para esta vertente interpretativa a personalidade

do “criminoso” era considerada tão importante quanto o ato criminal e por isso o infrator deveria ser internado para, no futuro, vir a ser reintegrado socialmente. (PASSETTI, 2000, p.357).

O sistema de internação tinha o objetivo de corrigir as ações dos/das menores e depois para uma integração social. Visto que foi um setor que cresceu, mesmo sem solução, e demandou diversos especialistas. Com isso gerando novos empregos. A violência passa a crescer diante do cenário. E com ela vieram as fugas, rebeliões e toda forma de tentar se opor ao sistema implantado.

A educação torna-se uma forma de controlar, ajustar e alcançar um número de pessoas ao mesmo tempo. Diante do propalado “fracasso” da família, o Estado atua por meio de escolas e internatos. “Foi na Constituição de 1934, que pela primeira vez a instrução pública apareceu como direito de todos independente da condição socioeconômica.” (PASSETTI, 2000, p.360).

A educação é um direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporciona-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (PASSETTI, 2000, p. 360).

Anos mais tarde, precisamente no ano de 1946, a educação torna-se direito de todos, na Nova Constituição. “(...) dizia no artigo 166: a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (PASSETTI, 2000, p.360). Contudo, notamos que, de acordo com a concepção de infância, conforme for o gênero, a cor e classe social da criança, distinto será o projeto de educação a ela destinado.

A seguir, vamos estudar uma experiência destinada à educação de meninas desvalidas que ocorreu no território de Duque de Caxias. Assim, pretendemos alinhar os estudos de história da educação da infância com os estudos de história da educação da Baixada Fluminense.

2. CIDADE DAS MENINAS

2.1 “Para a grande e nunca demais louvável obra da cidade das meninas”

O segundo capítulo dispõe-se a uma pesquisa documental sobre a infância e história local da educação através da apresentação e contextualização do projeto que teve como título: “Cidade das Meninas: O Empreendimento Sob o Alto Patrocínio da Sra. Exma. Darcy Vargas” (Imprensa Nacional) (PORTO,1942). O documento contém noventa e uma páginas. É uma sugestão do que seria um projeto assistencial e educacional para as meninas ditas “desvalidas”.

Pretendemos apresentar e analisar a fonte documental tendo como base a discussão bibliográfica apresentada no primeiro capítulo.

Pelos termos das páginas iniciais o trabalho foi idealizado no ano de 1939, sob encomenda de Darcy Vargas, Primeira Dama do Presidente Getúlio Vargas, revisto e publicado por Rubens Porto no ano de 1942. O projeto seria realizado em um terreno cedido pelo Governo Federal no período citado, em Nova Iguaçu, e atualmente onde fica localizado o bairro “Cidade dos Meninos”, que é localizado na cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense- RJ.

O principal autor da obra, Rubens Porto era um “engenheiro-arquiteto” e ocupou cargos relacionados a essa função no governo de Getúlio Vargas (ALMEIDA, 2008):

Rubens Porto foi o responsável pelo Serviço de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão técnico encarregado de prestar serviços ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), no tocante à fiscalização e à normatização das instituições de previdência social do país. Além de engenheiro chefe do CNT, Rubens Porto também foi conselheiro técnico do Ministro do Trabalho, Agamênon Magalhães, e assistente-técnico do Gabinete do Ministro subsequente, Waldemar Falcão, entre os anos de 1930 e 1938. Foi também Presidente do Secretariado Econômico-Social da Ação Católica (AC), entre os anos de 1935 e 1938, Presidente de honra da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul (FCORS), praticamente no mesmo período, e Conselheiro Técnico da Comissão Nacional de Objectores de Consciências (CNOC-Portugal), órgãos vinculados à Igreja Católica, em fins da década de 1930 (PORTO, 1937/1938) (ALMEIDA, 2008,p.36).

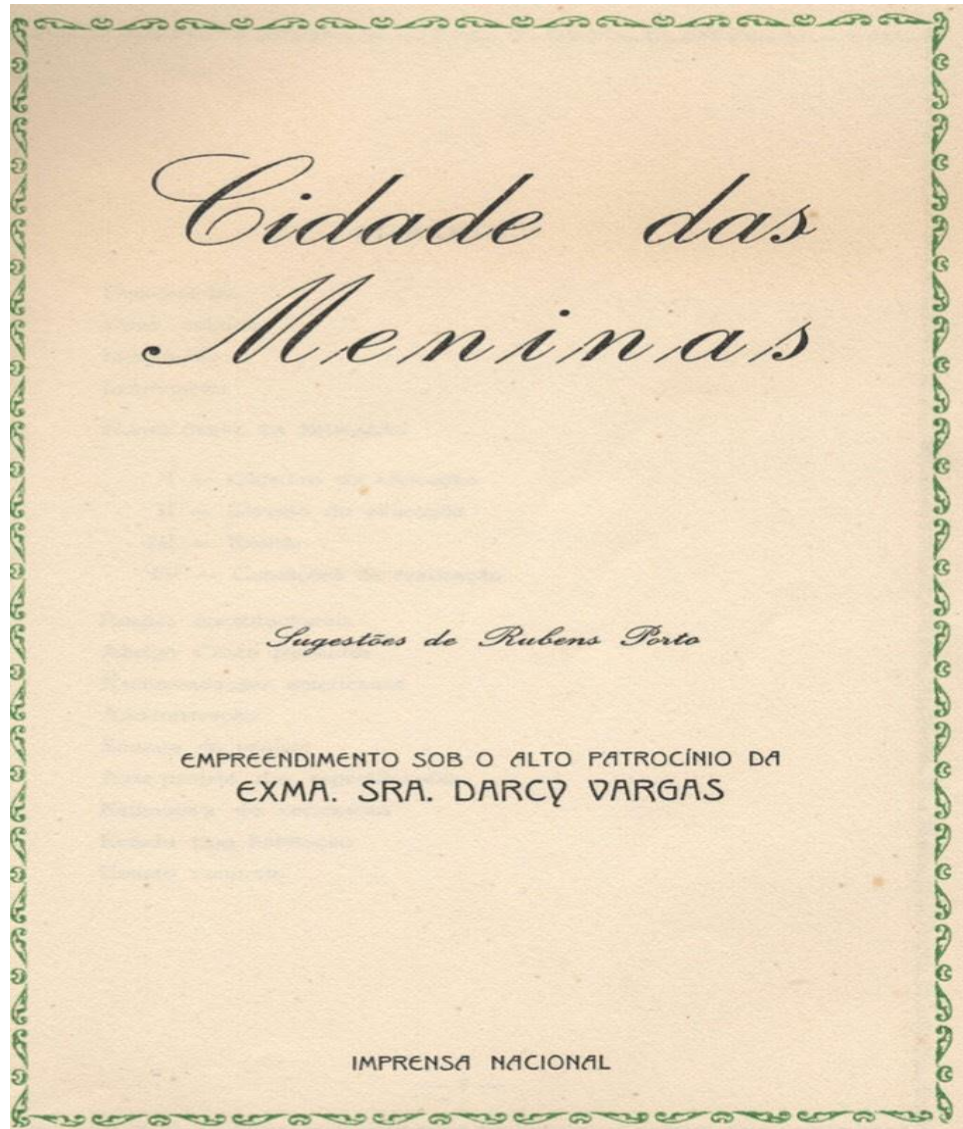
Nesse sentido, acreditamos que a competência de engenheiro e arquiteto católico tenha sido um dos motivos que o levaram a ser encarregado da projeção arquitetônica, mas também de conteúdo da Cidade das Meninas:

Porto acreditava que uma significativa parcela da população desprovida de recursos, como também o acúmulo de moradias precárias, representava para qualquer cidade um grave perigo. Configuravam-se como ameaças não somente à saúde pública, mas também à ordem social. As representações da população pobre e do lugar que estes habitavam estavam, nesse período, intimamente relacionadas e recaiam na noção de que o meio formava os indivíduos. Dessa forma, a solução dos problemas da cidade e de suas edificações era a chave para o melhoramento do indivíduo (ALMEIDA, 2008, p.37)

A fonte original onde se encontra o projeto que estamos nos propondo a pesquisar foi digitalizada e disponibilizada através do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(IHGB). As cores que encontramos desde a capa, até a última página da fonte, lembram uma cor rosa, ou algo próximo disso, indicando algo mais delicado, ou seja, dando um toque considerado “feminino” desde a estética do seu projeto, que é uma das propostas pretendidas na realização do mesmo.

Figura 3- Primeira Página do Livro



Fonte: PORTO, 1942, p. 1.

No sumário do projeto encontra-se: Dedicatória; Duas palavras; Introdução; Justificação, Plano Geral da Educação que vem subdividido em: Objetivo da Educação, II. Divisão da Educação, III Ensino, IV. Condições de realização; Razões constitucionais; Abrigo Cristo Redentor; Recomendações americanas; Administração; Súmulas do Projeto; Anteprojeto das especificações; Estimativa do orçamento; Estudo tipo habitação; Estudo conjunto.

A Dedicatória apresenta uma imagem da Exma. Senhora Darcy Vargas a quem é dedicado o projeto, datado no ano de 1939 (PORTO, 1942, p.11). Na página seguinte aparece a imagem de Jesus Cristo crucificado e o projeto é oferecido aos amigos Roberto Carneiro de Mendonça, Romero Estelita, Levy Miranda, Carlos Duprat, e está informada a data de 1942, ano da publicação.

No tópico “Duas palavras” há uma breve mensagem que situa a ocorrência da publicação, onde destacamos o modo como a Baixada é situada, assim como a intenção do Projeto:

No ‘Brouhaha’ da vida de hoje, nas preocupações das atividades que nos solicitam presentemente, foi para nós um ‘oásis’ de satisfação ler as páginas que traçamos há anos atrás, sob a inspiração de um grande ideal. Publicá-las, pareceu-nos oportuno, no momento em que o sonho se transforma em realidade. Que a planície da Baixada Fluminense, outrora tão dadivosa, tão inóspita há bem pouco, se **transforme no celeiro fértil e humano das Mães cristãs de amanhã** (PORTO, 1942, p. 11, grifos nossos).

Na introdução do documento consta um texto destinado a Darcy Vargas, onde se revela que o projeto teria sido por ela encomendado (PORTO, 1942, p. 15). Situa então a obra apresentada como “o traçado de algo que definisse, quer no campo arquitetônico, quer no programa educacional e administrativo, o que seria a futura Cidade das Meninas (...)” (PORTO, 1942, p. 15). Porto cita a obra da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, no qual diz ter participado de sua elaboração junto com outros profissionais. Destaca a colaboração “do lado técnico” dos “velhos companheiros de trabalho o arquiteto A. Visconti e o engenheiro Agostinho de Sá”, e, no “plano educacional” menciona as “novas e valiosas colaborações obtive, entre as quais avulta a de Melle. Germaine Marsaund” (PORTO, 1942, p. 16).

Procuramos ler a fonte em diálogo com a bibliografia que foi produzida sobre o tema e sobre as políticas da história do assistencialismo a infância nesse período, e alguns trabalhos que mencionam a Cidade das Meninas:

As atas da Fundação Darcy Vargas demonstram que a criação da Cidade das Meninas foi arquitetada em parceria com o projeto de construção da Casa do Pequeno Jornaleiro, em 1939. Sobre seu desenrolar, foi localizado um dossiê intitulado “Sumário do Diário da Cidade das Meninas” em papel timbrado com os dizeres “Fundação Darcy Vargas – Obras da Cidade das Meninas”, composto por um Diário, organizado com relatos diários sobre os passos da construção compreendendo o período de novembro de 1941 a junho de 1943; um relatório manuscrito assinado por João Kelly da Cunha de 14.8.1945 e um ofício dirigido ao presidente da República. (SIMILI, 2008, p.113).

Na presente pesquisa vamos nos ater ao documento de 1942, que apresenta o projeto. A Sra. Exma. Darcy Vargas, primeira dama do presidente Getúlio Vargas, tornou-se a percussora da assistência social no Brasil junto com os interesses políticos da época e fez

parte do seu principal papel como primeira dama. “Ela foi transformada em personalidade pública que tinha um papel a cumprir perante o Estado, o governo e a sociedade, que era o de conduzir o projeto assistencial enquanto durasse a participação do Brasil na guerra e os problemas sociais dela decorrentes se fizesse presentes.”(SIMILLI, 2008, p.155).

Figura 4- Foto de Darcy Vargas na Dedicatória do Projeto Cidade das Meninas



Fonte: PORTO, 1942, p.9.

Como podemos destacar, a imagem acima retrata a Sra. Darcy Vargas, a Primeira Dama do Presidente Getúlio Vargas. Ela é mostrada com uma expressão facial maquiada, com os cabelos presos, joias delicadas e roupas suaves. Representando um ideal de mulher branca, esposa e mulher “perfeita” para a sociedade. Compreendemos que a imagem que localiza nas primeiras páginas do projeto, é uma forma de homenagear e representar o modelo ideal de mulher a ser seguido.

Diante de uma trajetória na assistência social, Darcy Vargas torna-se um modelo a ser seguido pelas outras primeiras-damas, pois as mulheres não participavam da política ativamente e se assim as faziam eram invisibilizadas.

A participação de Darcy Vargas na criação da Legião da Brasileira de Assistência como primeira presidente institucional, pode ser entendida como um marco significativo na história das mulheres e na história da política assistencial, visto que se trata do primeiro momento em que uma mulher passou a ocupar um cargo de direção na política social, em um momento e contexto em que a atuação e a participação das mulheres na política caminhavam a passos lentos (SIMILLI, 2008, pág. 21).

Assim, para contarmos sobre a construção do projeto da “Cidade das Meninas”, precisamos perpassar sobre a vida e a trajetória da mulher e primeira dama Darcy Sarmanho Vargas, esposa de Getúlio Vargas. Nasceu em 1895, de família de elite da cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul (o pai Antônio Sarmanho, era estancieiro e comerciante e a mãe Alzira de Lima Sarmanho, dona de casa), casou-se aos 15 anos com Getúlio Vargas em 1911, em sua cidade Natal, e teve 05 (cinco) filhos: Lutero (1912), Jandira (1913), Alzira (1914), Manuel Antônio (1916) e Getúlio (1917).

Darcy nasce e cresce no período da República, em um contexto marcado pelo pensamento positivista, onde a mulher deveria ser mãe e ser submissa aos seus maridos. “No ideário positivista, a mulher ideal era uma filha obediente, esposa dedicada, mãe exemplar, e quando pobre, trabalhadora virtuosa.” (SIMILLI, 2008, pág. 24).

Darcy assim como as meninas de sua época seguiu o modelo imposto para as moças deste período, que era serem boas esposas e mães, casando-se com 15 anos com Getúlio Vargas, e tendo com ele seus 5 filhos. Segundo LOURO (1994) apud SIMILLI (2008) “(...)fazer-se homem ou mulher insere-se como um processo e não como um dado resolvido do nascimento”.

A educação que era oferecida para as meninas da elite, assim como Darcy, era voltada para o piano, língua francesa e eram ministradas por professoras particulares ou em escolas religiosas, a oferecida para as meninas pobres era somente voltada para os afazeres do lar (cozinhar, lavar roupas, bordar), ou seja, como seguir o modelo de uma boa esposa, algo que ocorria precocemente nas vidas das moças da época. De acordo com Louro (1997) apud Similli(2008, p. 24) “O domínio da casa era o destino das mulheres, e para esse domínio elas deveriam ser preparadas pela educação. ” Isso não significa, porém que não houvesse resistência a esses modelos:

No Brasil, na primeira metade do século XIX, observaram-se tentativas isoladas de algumas mulheres para introduzir no país as ideias emancipatórias que eram debatidas nos países europeus desde o século XVIII. Uma das precursoras foi Nísia floresta (1809-1885), que

havia morado na Europa e traduziu, em 1832, a obra pioneira da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Uma reivindicação pelos os direitos da mulher. Entre as causas abraçadas, estava a educação para as mulheres, para que pudessem ocupar uma posição social melhor, ter liberdade de religião e ver abolida a escravidão. (SIMILLI, 2008, pag.27).

E também:

Na primeira metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras encontrou na Imprensa, principalmente nos jornais editados pelas mulheres, uma maneira de proclamar e de difundir a insatisfação com relação aos papéis atribuídos a elas pelos homens. Buscavam incitar mudanças no status econômico, social e legal das mulheres. (SIMILLI, 2008, pág.27).

O Século era o XX e o contexto nacional também é marcado por lutas feministas, cujo teor tratavam sobre educação, proteção, legislação para as mulheres. Enquanto as mulheres lutavam de um lado, do outro, Darcy construía sua trajetória como primeira dama no governo Vargas. Como as representações para a política sendo sexista, o homem era criado para tomadas de decisões, para o controle emocional e razão. E a mulher sempre era a emoção, o coração, então não serviria para tratar de política. A concepção do que é ser homem e mulher na sociedade é construída conforme as representações que temos durante a infância e a juventude. Não nascemos homens e mulheres, e sim nos tornamos. De acordo com JODELET(2001) apud SIMILLI (2008,p.32):

As representações sociais podem ser definidas como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum e o conjunto social. Compõem-se as representações sociais de elementos informativos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. que são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade.

Darcy e outras mulheres da época tornam-se mulheres para o lar, para a maternidade, para o matrimônio, concepções estas que eram impostas a classe e a época em que foi criada. Para além disso, tornou-se uma figura importante diante do cenário que estava sendo construído.

Tal como muitas mulheres haviam feito antes de Darcy, cabia a ela auxiliar os homens em suas lutas em posição tida como secundária, preservando atuação de gênero: ao homem a discussão e a ação política, às mulheres, as festas e outras formas de arrecadação dos fundos. É com esse mesmo sentido que aparece a atuação da esposa de Getúlio em contribuir com a “Revolução de 30”, colocando a filantropia a serviço da luta política (SIMILLI, 2008, p.40).

A partir da industrialização e do surgimento do operariado (Primeira República), a questão social dos menos favorecidos foi vista pelas mulheres da elite, porque antes os mesmos eram vistos como “casos de polícia”. Sendo assim, as mulheres conquistam o espaço fora do lar, sendo que o mesmo é visto como um trabalho “feminino” e com a aprovação dos homens do período retratado. “Esse modelo caritativo-filantrópico é o que ressona na Legião

da Caridade de Darcy Vargas: uma organização de mulheres para solucionar os problemas imediatos de uma luta política masculina.”(SIMILLI, 2008, p.44). De acordo com Similli(2008, p.81) em 1938 foi criada a Fundação Darcy Vargas, uma entidade filantrópica com a finalidade de:

[...] curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores de ambos os sexos, com o propósito de prepara-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz. (Ata de reunião da Fundação Darcy Vargas, de 12.12.1939 apud SIMILLI, 2008, p.81).

Para Similli(2008): “Na trajetória de Darcy Vargas, é possível identificar os dois conceitos de assistência que guiaram suas ações: a caridade e a filantropia.” (2008, p.81).Era o Estado tomando o controle sobre a infância. As instituições de proteção à infância existente durante o período colonial não são mais o suficiente, pois não se tratava apenas de recém-nascidos abandonadas e sim emerge a questão dos “menores” aqueles chamados de “delinquentes”.

O Estado assumiu gradativamente uma função de controle sobre a assistência. Surgem por um lado, órgãos destinados a lidar com o problema, como Juízo de Menores (1923), e, por outro, uma intensa produção e sistematização de leis e proteção à infância, consolidadas pela promulgação do primeiro Código de Menores (1927). (SIMILI, 2008, p.84).

De acordo com Rizzini (2011, p. 30), “De todas as cidades em galopante desenvolvimento, era o Rio de Janeiro a que mais se aproximava do estereótipo europeu de cidade civilizada, nos moldes de Paris ou de Londres, as mais citadas. e o projeto de higienização instala-se no Rio de Janeiro.

A casa do pequeno Jornaleiro inaugurada em 1940, no Rio de Janeiro, era destinada a amparar os jornaleiros, trabalho este realizado por menores abandonados, que sem estrutura e educação, trabalhavam para a sobrevivência de suas famílias, e que segundo SIMILLI(2008, p. 96), “Sem uma intervenção nessa realidade”, o destino desses menores, transformados em delinquentes, era a “Casa de detenção ou de reforma” trecho este retirado da Revista Social, publicação de 1940, sendo assim, essas crianças eram tidas como uma grande ameaça à ordem pública.

O novo empreendimento da Cidade das Meninas era voltado para as meninas desvalidas, pois a infância da classe popular era um perigo para a elite e o ideal de família que se esperava, sendo assim o projeto propõe um ideal de mãe e dona de casa.

[...] Dos projetos desenvolvidos pela entidade no período de 1938 a 1945, o único que deixou registro sobre outras ações perpetradas pela entidade e por sua presidente foi à proposta de construção de uma “Cidade das Meninas”, para “educar e preparar

meninas”, mediante ensino técnico profissional segundo as práticas da pedagogia moderna em grupos – lares e escolas especializadas. (SIMILI 2008, p.113).

Portanto, o Projeto da Cidade das Meninas deve ser compreendido dentro das ações da Fundação Darcy Vargas, criada em 1938 e dentro das concepções sobre infância desvalida vigentes naquele período. É história de uma instituição que interessa para os estudos de história local da Baixada Fluminense, pois previa-se sua implantação no atual território de Duque de Caxias. Mas também é um projeto importante porque era uma experiência de afirmação do assistencialismo como política de governo, conduzida pela primeira dama. Trata-se de um capítulo importante para história dos projetos de controle da infância pobre, feminina e periférica, do país.

2.2 “Uma recompensa que as tornem amáveis os trabalhos práticos da casa”: Plano Geral da Educação

A justificativa do projeto menciona um autor americano no qual o nome e obra não é citado, dizendo o seguinte “Disse um dia um escritor americano, que a mocidade é a estrada que se leva para o futuro”. O projeto diz suas justificativas e sua missão: “Com efeito, as moças de hoje, filhas, irmãs ou noivas, serão as mães de amanhã” (PORTO, 1942, p.19).

Se são as mães que modelam o futuro da humanidade, se as mães serão o amanhã o que hoje fizemos das meninas, na plasticidade acolhedora de sua natureza em formação, pode-se afirmar que não há problema mais sério ou nada grave, para um povo, do que a preservação moral, com a preparação intelectual e física de sua juventude feminina. (PORTO, 1942, p.20).

E também:

A missão que se impõe à “Cidade das Meninas” está justamente em tomar a seu cargo o setor mais exposto, a trincheira mais batida, na batalha implacável que as forças do bem e as do mal travam incessantemente para a conquista das mães do amanhã. (PORTO, 1942, p. 20).

O autor descreve como será o espaço e a organização da obra, que previa ocupar um terreno de “com cerca de três milhões de metros quadrados onde seriam distribuídos 200 ou 300 “lares” (PORTO, 1942, p. 21-22). Cada lar seria habitado por um grupo de meninas e suas responsáveis, “o que reconstitui de certo modo a vida de família, pelo ambiente, pelo regime que aí pode ser adotado, pela formação mais cuidada, sendo um pequeno grupo”.

Nessa formação de moradias e lares, deveria ser ministrado “o ensino familiar”, “serviços domésticos”, “puericultura prática, pequena cultura, etc.” (PORTO, 1942, p. 22).

No capítulo “Plano Geral da Educação” é apresentado um esquema do que seria realizado na “Cidade das meninas”:

Objetivo da Educação; 2) Divisão da educação (vida física, vida intelectual, vida moral, vida religiosa; 3) O ensino (Primário, Profissional, Formação Familiar, “correspondência dos três planos” e o item 4 “Condição de Realização”: 1. Harmonia entre partes (educativa e administrativa), 2. A escolha, unidade e preparação do corpo docente, 3. Organização dos locais, 4. Recrutamento das crianças, 5. Creche, 6. Crianças anormais, 7. Regulamento interno (funcionamento, horário, disciplina). (PORTO, 1942, p. 25).

Era argumentado que “Um povo que deseje garantir a continuidade de sua existência e a sua segurança de suas tradições tem o dever iniludível e sagrado de cercar a sua juventude de todos os lados e das mais desveladas atenções” (PORTO, 1942, p.12). Devemos compreender esta afirmação dentro de um contexto histórico:

Os hábitos dos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o trabalho compulsório passava ser trabalho livre. Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-se valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida (SOIBET, 2013, p.362).

Um Estado ausente, com fundações filantrópicas que recebiam auxílio do mesmo, a assistência social foi à medida de urgência para “cuidar” e proteger a infância desamparada que se instalava nas ruas do Rio de Janeiro. E “Educar a criança era cuidar da nação; moralizá-la, civiliza-la. Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação”(RIZZINNI, 2011, p.27).

Vemos que no contexto pós-abolição e com a criminalização da infância pobre, a falta de proteção para as meninas pobres era distinta das meninas da elite e isso guardava relação com as reprovações sobre os modos de vida das mães das crianças pobres: “A organização da família dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIBET, 2013, p.362). Contudo, “isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprio da cultura popular” (SOIBET, 2013, p.362).

A autonomia das mulheres pobres no Brasil da virada do século XIX para o XX é um dado indiscutível. Vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisa continuamente suas fontes de subsistência. (...) lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados. (SOIBET, 2013, p.379)

As meninas das classes populares tinham liberdade para transitar nas ruas sozinhas, tinham os costumes diferentes e devido a uma vida mais sofrida, precisavam trabalhar. Costumes estes que não eram bem aceitos pela sociedade que estava criando seu modelo de mulher e de família. Diante do contexto apresentado, as meninas pobres eram uma ameaça a esta família e mulher que estava sendo construída.

A rua simboliza o espaço de desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer a vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos

tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível a ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência. (SOIBET, 2013, p.365).

O projeto que estava se propondo para as meninas pobres do Rio de Janeiro buscava contrapor essa liberdade:

A “Cidade das Meninas”, que o coração generoso que o povo carioca vai construir no maravilhoso cenário de sua incomparável cidade, há- de ser, sob as bênçãos maternas da “Bendita entre as mulheres” e ação benfazeja Exma. Senhora. D. Darcy Vargas, o porto tranquilo, em que, livres das tempestades do mundo, as moças pobres do Rio de Janeiro hão de se preparar, alma e corpo, para a tarefa formidável que a vida lhe reserva. (PORTO, 1942, p. 14)

O objetivo da educação no projeto era preparar as meninas para uma vida de esposa e mãe de família, onde enxergavam e depositavam nas mesmas o futuro da nação, pois eram delas que a mesma se constituiria.

A instituição que vai, junto à criança, fazer-lhes às vezes de família, deve submeter-se as mesmas condições, tendo em vista o futuro e preparando a menina para a vida, para que nela seja um ser consciente de suas responsabilidades e apta a desempenhar o papel que lhe cabe para maior benefício de sua família e de seu país. (PORTO, 1942, p. 27).

A menina era preparada para o lar e não educada para uma profissão, esta que só poderia ser realizada caso não houvesse a figura do homem. Não era algo a ser almejada por elas, e sim uma “opção”, caso não houvesse alguma maneira de sustento. O tópico sobre o “objetivo da educação” na Cidade das Meninas encerrava-se com a seguinte frase, grifada: “*A primeira e a principal função social da mulher reside no lar, assegurando a existência e a educação dos filhos – a felicidade dos seus*” (PORTO 1942, p.28, grifos do original).

A mulher deveria realizar a primeira e principal função, a de cuidar de seus filhos e marido. Mas devemos considerar o projeto da Cidade das Meninas como um contraponto, uma tentativa de controle de outros comportamentos das mulheres das classes populares:

As atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua maneira de pensar e viver, contribuído para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar “mais solto”, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. Seus ganhos estavam na última escala, já que persistia a ideologia dominante de que “a mulher trabalha apenas para seus botões” desdobramento das concepções relativas à inferioridade feminina, incapaz de competir em situação de igualdade com os homens. (SOIBET, 2013, p.367).

Segundo a divisão da educação estabelecida em tópicos no projeto, alguns pontos são colocados sobre a vida física, vida intelectual, vida moral e vida religiosa das meninas. Higiene, moral, conforto e a organização de todo o espaço, que vai da mobília até o trabalho. Criando hábitos nas meninas de rotina, trabalho e esforço (PORTO, 1942, p. 30). Os cuidados com o corpo, procurando proporcionar atividades físicas de acordo com o trabalho e os

afazeres domésticos, e o cuidado com a saúde, devido a muitas moléstias que ocorriam no período.

A prescrição da educação para a vida física também significava considerar “as condições materiais da vida moral”, e o Projeto afirmava que as estas condições deveriam ser apenas “melhoradas” tão a miúdo quanto as da própria família tristemente “necessitada”, conforme as condições de higiene e também conforme:

As possibilidades futuras, porquanto, dar à criança o gosto do luxo ou hábito de um conforto que seu trabalho, sua vida de operária, ou de esposa de operário (nos campos ou na cidade lhe não poderá assegurar, seria preparar-lhe à infelicidade, ou ao menos, grandes decepções e, quiçá, quedas definitivas (PORTO, 1942, p. 29).

Vemos assim a que público de mulheres era destinado a Cidade das Meninas e o compromisso com a manutenção delas entre as classes pobres. O cuidado com o físico das meninas seria realizado por meio de visitas médicas e de enfermeiros, através da realização de ginásticas “corretivas”, controle da estatura e do peso. Seria realizado todo um acompanhamento, pois estaria tratando de crianças, um público em desenvolvimento (PORTO, 1942, p.30).

A vida intelectual deveria ser desenvolvida conforme as necessidades da mulher do meio popular, e a elas deveria ser oferecido o ensino primário, a formação profissional e a formação da família.

A vida moral também é um dos itens, onde caberia formar a moça para cuidar de seus futuros maridos e filhos. Onde a mesma deve preservar suas filhas e filhos, cuidar para que as influências negativas não deturpem e atrapalhem o desenvolvimento das boas maneiras para agir em sociedade.

Sobre a vida religiosa, o tópico tem o cristianismo como base religiosa da instituição, não só na Cidade das Meninas, mas na “Fundação Casa” e na “A Casa do Jornaleiro”, pertencentes a Darcy Vargas.

A base dessa vida religiosa, o desabrochar do que a criança tem de melhor em si, reside na vida sobrenatural, - a criança aprende que vem de Deus e que a Deus se destina – a Religião é o liame entre sua alma e o seu Criador, a qual presta, a criança homenagem pela prece e pelo culto. (PORTO 1942, p. 34)

O ensino como já citado acima era dividido em três: primário, profissional e familiar. No ensino primário as meninas aprenderiam: português, história, geografia, aritmética, contabilidade familiar, noções de ciências físicas e naturais, noções de canto e desenho e religião (PORTO, 1942, p. 35).

No ensino profissional, conforme a necessidade da época e as possibilidades da Instituição, seriam oferecidas profissões agrícolas (leitaria, criação de aves, criação de coelhos

etc.) (PORTO, 1942, p. 36), profissões domésticas (cozinheira, copeira, lavadeira, arrumadeira, ama seca, passadeira, engomadeira) (ibid. p. 36), e profissões diversas (corte costureira, moda bordado, renda, cabeleireira, brochura, cartonagem, encadernação, fabrico de cestas, flores, vendedora, tecelagem e outros) (ibid. p. 37).

As profissões eram organizadas por dois níveis de formação, que seria um nível de aprendizagem e o outro de aperfeiçoamento, sendo o primeiro com duração até três anos e o segundo até dois anos, com emissão de certificados ao final de cada nível (PORTO, 1942, p. 37).

Todas as profissões eram manuais, não havia outra escolha, a menina e futura mulher da classe popular estavam fadadas, a mesmo que, fora de seu lar, cuidar dos lares e das famílias dos outros. Profissões femininas assim colocadas no período, assim com o pensamento, que mulher era emoção e o homem razão.

A “formação familiar” era destinada “em prepara-las diretamente às ocupações mais genuinamente femininas da vida de família” (PORTO, 1942, p. 38) e deveria ocorrer por meio do ensino do cuidado com a moradia e da educação das suas filhas e filhos. Ela trataria da alimentação, costura, limpeza das roupas, arrumação da casa, trabalho de jardinagem e outros (PORTO, 1942, p. 38): “Tudo deve pôr em destaque o papel familiar da futura mãe de família e as pequenas responsabilidades a ela conferidas devem ser uma recompensa que as tornem amáveis os trabalhos práticos da casa” (ibid. p. 39).

Toda base do ensino seria de acordo com as leis que no período eram as mais recentes técnicas pedagógicas. A educação primária deveria acontecer em escolas e concomitantemente com a educação familiar dentro de seus próprios lares. “A educação familiar é muito importante no período do ensino profissional para guardar sempre um equilíbrio justo e uma ordem de valores – **vida familiar antes da vida profissional**, na prática como princípio”. (ibid. p. 40, grifos do original).

2.3. Eis, pois o cumprimento do resolvido com a criação da Cidade das Meninas: administração, recrutamento e amparos legais

No capítulo “condições de realização do projeto” encontra-se uma defesa de é necessário haver harmonia entre educação e a administração, visto que a principal finalidade do mesmo, era a educação. “O fim da “Cidade das Meninas” é a educação – os meios, a

administração. Os meios só se justificam em relação ao objetivo e a esse subordinam (...)” (PORTO, 1942, p. 41). Mesmo com uma educação voltada para o lar e para a família, esta era, de acordo com o documento, a principal finalidade do projeto: “Educar” as meninas desvalidas do Rio de Janeiro.

A parte educativa da administração deveria ser composta por diretoras, professoras, inspetoras e auxiliares e a parte da administração geral deveria contar com gerente, ecônomo, operário (ibid. p. 42). A administração cabe os recursos e os materiais. E a educação, a orientação, organização, escolha e preparação da unidade e do corpo docente, comprometendo a participação de todos os agentes envolvidos no projeto. Curioso observar que a parte de educar para ser mãe e esposa era uma atribuição de mulheres, e a administração era uma função atribuída a homens, gestores.

Pensar no espaço, é pensar na educação posta no mesmo, então havia uma preocupação com os locais que deveria ter boa aparência, acomodar e organizar a todas e todos com conforto, a predisposição dos espaços, onde seriam realizadas a parte prática, as moradias das mesmas e escolas ou casas especiais, para casos de “anormais”, assim chamados quem havia algum comprometimento social, físico ou mental.

Há uma indicação da importância da seleção do corpo docente: “aos educadores cabe a orientação, organização e todos outros interesses da ‘Cidade.’ Em vista dos fins tão elevados a que se destinam, esses deverão ser bem escolhidos e merecem um capítulo especial” (PORTO, 1942, p. 42). Era recomendada a formação dos docentes em cursos de 6 meses a 1 ano: “A preparação do Corpo Docente é ponto capital para que possa existir a unidade necessária. É perfeitamente realizável, organizando-se com estas finalidades cursos prévio e etc.” (ibid. p. 43).

De acordo com Porto (1942, p.45) o item “Recrutamento de crianças”, no caso, das meninas, seria de acordo com a idade e “condições de família”. Para garantir o estabelecimento de um “verdadeiro espírito familiar”, recomendava “é mister não admitir de início meninas deformadas pelas más influencias”. Os “primeiros grupos” deveriam ter a idade de 5 a 10 anos, pois o objetivo era “educar” as meninas pequenas.

Porque de acordo com o modelo estabelecido de mulher no período, quando a menina é mais velha, já foi corrompida pela vida na rua, e com isso atrapalharia no projeto de ordem e progresso que seria imposto na Cidade. O recrutamento a partir do critério “condições de família” obedeceria a seguinte ordem: “crianças completamente abandonadas”, “crianças moralmente abandonadas”, “órfãs de mãe” “órfãs de pai (ou com pai ausente)” (PORTO, 1942, p. 46).

Segundo Porto(1942),a assistência social caberia: procurar sobre a família, coletar informações, conhecer o temperamento, comportamento e as dificuldades da criança. E cabia-lhe a orientação para profissão, vocação e a futura saída da “Cidade das Meninas”.

A criança, após ser recrutada, seria “imediatamente encaminhada a um edifício destinado a estudos, onde ficaria algum tempo antes de entrar em convívio com as companheiras”.Nesse período a criança estaria a cargo de “pesquisas” – sociais, médicas e psicológicas – levadas a cabo por assistentes sociais, médicos e educadores” (PORTO, 1942, p. 47). A partir dessas pesquisas as crianças seriam divididas em grupos homogêneos e “favoráveis ao bom trabalho educativo”. Certamente nos recordamos aqui do caráter eugenista que se afirmava nas políticas educacionais do período. Buscava-se com argumentos oriundos da psicologia, da biologia, do Direito afirmar métricas e modos de diagnóstico que procuravam hierarquizar as pessoas com base em preconceitos de raça e origem social. As ideias de degenerescência das populações negras e pobres consubstanciavam a continuidade de políticas de exclusão social e de criminalização no contexto do pós-abolição.

Era previsto o “isolamento” num primeiro momento, com a justificativa do tratamento de doenças contagiosas para as crianças que assim necessitassem (PORTO, 1942, p. 47). Prevvia-se também a criação de creche que ficaria com as crianças de até dois anos e o maternal até os cinco anos. E as “Crianças anormais” que fossem identificadas após passarem pelas pesquisas deveriam ser “encaminhadas a um pavilhão próprio” onde seriam divididas entre “anormais físicas”, “atrasadas mentais”, “atrasadas pedagógicas” (PORTO, 1942, p. 48), para serem submetidas a tratamentos prevendo “o seu reajustamento a sociedade.

O capítulo seguinte é nomeado de “Razões Constitucionais” e busca fundamentar a ação do Estado junto a infância: “O Bem comum exige que o Estado não esteja alheio aos problemas da relevância do que cogita a ‘Cidade das Meninas’.” (PORTO, 1942, p.53). A Nação, os estados, os municípios e as associações particulares deverão garantir a educação para a infância.

No artigo 129 da Constituição de 10 de novembro de 1937. “O ensino pré-vocacional e profissional destinados às classes dos menos favorecidos é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado”. (PORTO, 1942, p. 53). O artigo deixa bem claro qual o tipo de educação que era pra ser oferecida e posta aos menos favorecidos. Uma educação para o trabalho, para manter a mão-de- obra com um pouco mais de qualidade.

Segundo o art. 132 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e

o adestramento físico, de maneira a prepara-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (PORTO, 1942, p.54).

Aos menos favorecidos caberia o adestramento físico e moral, educação primária e assim uma Nação educada para o projeto de Brasil. Onde a camada popular, tem sua educação negada e condicionada ao trabalho braçal.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem com auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (PORTO, 1942, p.54)

É apresentada a argumentação de que algumas Instituições como, o Abrigo Cristo Redentor, o Instituto Profissional Getúlio Vargas, A casa do pequeno Jornaleiro, a Escola de Pesca de Marambaia e agrícola de Patí do Alferés dão amparo para os meninos no período e em nenhum deles, havia o pensamento para as meninas.

Que no Rio de Janeiro a obra do “Abrigo Cristo Redentor”, precisa imediatamente voltar-se também para assistência às meninas abandonadas, visando livrá-las da prostituição e prepará-las para serem esposas, mães, operárias de serviços domésticos ou trabalhos manuais e de costura, dando-lhes um ambiente modesto e compatível com sua condição, capacidade moral e a educação profissional indispensáveis, que as habilitem a desempenhar o seu verdadeiro papel na família real brasileira. (PORTO, 1942, p.58)

O conselho do “Abrigo Cristo Redentor”, teria a sua ação sustentada dos mais ricos e não do Governo, retirando a responsabilidade do mesmo pelas crianças que serão atendidas.

O abrigo Cristo Redentor (ACR) do Rio de Janeiro era uma instituição católica que buscava ensinar e propagar essa doutrina religiosa. Igrejas foram construídas no interior de casa um dos seus departamentos e, em alguns deles, franciscanos eram os responsáveis pelos seus serviços cotidianos. (CAMINHA, 2012, p. 108)

O Abrigo Cristo Redentor recebia um auxílio governamental, um valor bem acima dos outros no Ministério de Gustavo Capanema. Levi Miranda, membro do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e idealizador do projeto, tinha um “reconhecimento” na política do período (1937-1945). Era um homem de confiança de Vargas e amigo de Darcy Vargas.

As instituições católicas podem ter sido as maiores beneficiadas pelas subvenções concedidas pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) na gestão de Gustavo Capanema (1934 a 1945), mas não simplesmente devido à manipulação de verbas pelos integrantes do Conselho Nacional ou pela presença de católicos na estrutura daquele Ministério. Naquele contexto, a igreja buscava ampliar os seus espaços de participação na sociedade e no governo, lutando para que as medidas que lhe interessavam fossem aprovadas. Da mesma forma, o Governo Vargas desejou estabelecer e manter os vínculos com uma instituição de alcance nacional, cujo discurso era coincidente com algumas das suas propostas políticas-sociais.(CAMINHA, 2012, p. 107).

O abrigo do Cristo Redentor (ACR) no Rio de Janeiro prestava assistência gratuita e conseguia alcançar um número expressivo de pessoas. “No ano de 1941, apenas no Abrigo de

Bonsucesso, foram internadas 2.444 pessoas, dentre homens, mulheres e crianças.” (CAMINHA, 2012, p.110). A política social no Governo de Vargas era voltada para o trabalho, pois somente através da força do trabalho, poderíamos desenvolver um país.

Por isso no abrigo de” Bonsucesso”, os internos eram saudáveis, e estimulados, através do recebimento de pequena remuneração, a realizar algum tipo de serviço, fosse através da limpeza dos pavilhões, lavanderia, portaria e conserto de roupas, ou nas oficinas existentes no seu interior. Através do parecer emitido por um dos engenheiros responsáveis pela avaliação das obras de Construção do Abrigo, é possível aferir o tipo de expectativa que a sociedade e o governo tinham naquela época em relação a um projeto assistencial como esse, de perspectiva reabilitadora, a favor da nação; e o apoio que poderia obter. (CAMINHA, 2012, p.111)

Como vimos no Abrigo Cristo Redentor, a Igreja Católica estava presente em projetos filantrópicos, e o Governo Federal auxiliando e incentivando os projetos de cunho assistenciais no Brasil.

E após apresentar a fundamentação constitucional e defender que no Brasil já haviam ações destinadas a infância, mas sem compromisso com a educação feminina, soma-se as “Recomendações Americanas”. É transcrita a Recomendação do 1º Congresso Latino-Americano de Criminologia que ocorreu em Buenos Aires em 1938, com a adesão do Brasil. Uma delas era, que as casas-lares deveriam ser construídas em colônias agrícolas-industriais, com o intuito de trabalhar a mão-de-obra para produzir nas mesmas.

A implantação das casas-lares destinados à reeducação geral dos menores em estado de perigo, as quais deverão se instalar preferencialmente em colônias agrícolas industriais orientadas pedagogicamente de acordo com o tipo argentino da Colônia “Ricardo Gutiérrez” (Marcos Paz APUD PORTO, 1942, p.61).

Em sequência da recomendação transcrita, é deixada a frase resolutive: “Eis, pois o cumprimento do resolvido com a criação da Cidade das Meninas” (PORTO, 1942, p. 61). Grande parte da publicação detalha aspectos da administração, aspectos de infraestrutura, arquitetura, orçamento, especificações, instalações, acabamentos, plantas arquitetônicas.

De acordo com Porto (1942), no documento havia a recomendação da direção da “Cidade das meninas” ser realizada pelas “Franciscanas missionárias de Maria”, pois as mesmas faziam trabalhos de cunho assistencial e educacional em vários estados brasileiros, como: Lar para as moças no Rio de Janeiro, Escola doméstica- Curso Normal, Escola para Enfermeiras em São Paulo, Orfanato (Jardim da Infância, Curso Primário, Atelier de Bordados, Curso de Educação doméstica) em Tefé-Amazonas e outros.

A súmula do projeto dizia sobre as questões do local, que era impreciso e pela inexistência do espaço reservado para a obra. No centro do terreno ficariam as habitações, os locais de trabalho e o estudo profissional. O local teria um edifício sede com a administração,

O meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação, a malícia e à liberalidade foram expressões que marcaram os julgamentos de médicos, juristas, membros do clero, literatos e jornalistas sobre as moças pobres, negras e brancas, principalmente ao longo dos últimos 150 anos de nossa história.(ABREU, 2000, pág. 289).

As meninas das classes populares tinham uma configuração diferente de família, pois as menores eram cuidadas somente por suas mães solteiras, viúvas e separadas, que trabalhavam em casas de família, como lavadeiras, costureiras e doceiras, para o seu sustento. Diante dessas condições, as meninas ficavam mais expostas, saíam e tinham mais “liberdade” para transitar em meio à sociedade.

E assim começasse a preocupação com defloramento das meninas, que vai além do ato em si, e sim da imagem que se criava da mesma a partir disso, ela era rotulada e inferiorizada, e se ficassem grávidas, perdiam seus “empregos” e ficavam à mercê da sociedade.

As jovens das camadas pobres se movimentavam sozinhas, tinham hábitos diferentes das meninas ricas, pois precisavam ajudar a sustentar dentro de seus lares. Deixando assim mais evidente os modos e a diferença das meninas pobres e ricas e se tornando um “problema” para o projeto de sociedade almejada pelo governo de Getúlio Vargas.

Por fim, gostaríamos de propor uma reflexão sobre fotografias que estão no livro. Esperamos que a análise do projeto tenha demonstrado que o projeto de “educação” da Cidade das Meninas era um projeto que emanava do Estado, de uma perspectiva elitista e de conformação da classe popular. Era um projeto destinado a conformar uma infância classificada como abandonada, perigosa, degenerada. Era um projeto nitidamente recordado por concepções de gênero, da função social da mulher, e dos destinos prescritos para mulheres negras e pobres. Nesse sentido, achamos importante destacar que as imagens a seguir, de meninas brancas aparecem nos capítulos do projeto que tratam dos ideais a serem priorizados pela Cidade das Meninas. A foto a seguir está no capítulo “Divisão da Educação”, onde se apresenta o conteúdo a ser ensinado, os valores morais e cristãos, a função social da mulher para cuidar do lar, do marido e dos filhos.

Figura 7- Fotografia do Livro Cidade das Meninas



Fonte: PORTO, 1942, p. 31.

A fotografia a seguir consta no capítulo “Condições de Realização”:

Figura 8- Fotografia do Livro Cidade das Meninas



Fonte: PORTO, 1942, p. 49.

A imagem a seguir é o primeiro item do capítulo “Administração”. Esse capítulo é precedido pelo capítulo sobre “Recomendações Americanas”. Conforme citamos anteriormente, trata-se da recomendação do 1º Congresso Latino-Americano de Criminologia, que teve a adesão do Brasil em 1938. A recomendação transcrita afirmava o projeto de enclausuramento em colônias agrícolas e industriais para “reeducação geral dos menores em estado de perigo” (Marcos Paz APUD PORTO, 1942, p.61). Pensamos que a imagem representa o público alvo a ser reeducado. Se as meninas brancas e sorridentes dos Capítulos “Divisão da Educação” e “Condições de Realização” indicavam um ideal de infância a ser seguido, pensamos que criança negra representa uma vivência a ser enclausurada, corrigida, subalternizada ao mundo do trabalho doméstico e servil.

Figura 9- Fotografia do Livro Cidade das Meninas



Fonte: PORTO, 1942, p. 61.

A imagem a seguir encerra o capítulo “Anteprojeto de Especificações e Casa das Meninas” onde há um detalhamento da construção dos lares destinados às crianças.

Figura 10- Fotografia do Livro Cidade das Meninas



Fonte: PORTO, 1942, p. 79

CONCLUSÃO

Concluimos que com o primeiro capítulo, pudemos traçar alguns dados importantes para a compreensão da história e estudo da infância fora e dentro do Brasil perpassando alguns autores. Trazendo com eles como se deu a construção da ideia de “infância” e como se modificou com o avanço das pesquisas. Visto que como Ariès coloca que na época Medieval, a infância não existia, a criança era vista como deficiente, um mini adulto. E mais tarde os moralistas criaram a imagem da criança como “inocente”, “fraca” e que precisava de disciplina e correção.

Os estudos sobre a infância iniciaram-se no século XX, tendo como seus principais autores: Philippe Ariès, Jean-Louis Flandrin, Edward Shorter e Lawrence Stone, que usaram o tema “família” como base de seus estudos sobre a infância. E as ideias entram de acordo com um comportamento de uma família patriarcal, autoritária e associadas a disciplina.

No Brasil, o campo de estudos sobre a infância é influenciado por Ariès, e traz Gilberto Freire, trazendo memórias e experiências históricas da infância, Jaques Gélis, com a “Individualização da criança”, trazendo uma crítica a Ariès, pois seu modelo evolutivo não caberia para todos os tipos de classes e contextos. Kuhlmann Jr, Rocha e Gouvêa trazem estudos sobre as práticas de cuidado e proteção à infância e a produção sobre o imaginário.

E diante do que apresentamos no percurso da pesquisa concluimos que não se trata da infância, e sim das “infâncias”, pois existem fatores determinantes que vão se dar de acordo com o tempo, o espaço, contexto, classe social e muitos outros aspectos que fazem modificar a imagem sobre criança, e consequentemente a “infância”. E vimos toda uma construção do pensamento das crianças a partir de um ideal de Brasil, com ideias cívicas, morais e de bons costumes sendo propagados através da literatura infantil dentro da Instrução Pública.

E diante dos “avanços”, do Governo Vargas, a infância dos populares foi deixada a mercê, e o município de Duque de Caxias foi escolhido para um dos projetos “filantrópicos” por ser mais próximo da cidade do Rio de Janeiro e poder abastecer melhor a cidade com sua mão de obra e alimentação, e por se ver a questão das meninas como um perigo para a família tradicional. Os projetos de cunho assistencial, para meninas e meninos ditos desvalidos eram vistos como necessários para o momento que a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se e sua importância política como capital do país.

Eno segundo capítulo trouxemos através da obra “Cidade das meninas: Empreendimento sob o alto patrocínio da Exma. Sra. Darcy Vargas”. Perpassamos pelos

principais aspectos e objetivos que a Sra. Darcy Vargas, primeira de Vargas, pretendia de acordo com o ideal de mulher do período. Ela e sua Fundação Darcy Vargas tinham o objetivo de “educar”, preparar fisicamente, “intelectualmente”, moralmente e religiosamente as meninas “desvalidas” da cidade do Rio de Janeiro. Eram as meninas das camadas populares, com costumes diferentes, com configurações de família diferentes e que precisavam estar nas ruas, sendo que colocavam em perigo o ideal de mulher e esposa da família tradicional brasileira.

O projeto pretendia formar a mulher submissa, do lar, com princípios e morais cristãos e patrióticos. Iria preparar as futuras esposas e mães da família tradicional brasileira. Dentro da fonte encontramos uma educação voltada para a cozinha, limpeza, costura, postura de como ser um boa esposa e dona de casa e entre outras maneiras de “educação” para meninas. Era a educação que se esperava das meninas “desvalidas.”

E de acordo com o que encontramos, o projeto assistencial “filantrópico” não foi realizado devido a saída de Vargas do Governo, e como PONDÉ (1977) coloca: “Após interrupção do primeiro Governo de Vargas impossibilitou o prosseguimento das atividades filantrópicas” (PONDÉ, 1977, p.226) de Darcy Vargas, e com SANTOS(2014) “Após o fim do Estado Novo, em 1946, o patrimônio da Fundação Darcy Vargas foi transferido para a Fundação Abrigo Cristo Redentor e um ano depois deixou de ser para as meninas, e sim dos meninos, tornando-se uma escola agrícola.” (SANTOS, 2014, p.122) E de acordo com RIZZINI (2008) os relatórios chamados “Fundação Darcy Vargas- Obras de Cidade das meninas” que conseguia ver que o Governo mantinha o projeto. Mas que após o falecimento de seu filho Getulinho e a não ver muito apoio de seu marido em um projeto para “meninas”, que Darcy Vargas passou a mudar o comportamento diante do projeto. E concluímos que diante dos estudos que tivemos que foi por falta de recurso e interesse em um projeto para as meninas que a “Cidade das meninas” não foi colocada em prática ou, se foi, não teve longa duração. É necessário aprofundar a pesquisa para termos uma conclusão sobre o funcionamento do projeto.

Segundo Rizzini(2008) Darcy Vargas, em nome da Fundação Darcy Vargas, em 1947 envia ofício para o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra,devolvendo o terreno no qual seria criado a Cidade das Meninas.E o Presidente Dutra através do Decreto –lei nº 9899, de 16 de setembro de 1946, transferiu esse patrimônio para a Fundação Abrigo Cristo Redentor, que estava sob administração do Sr. Levy Miranda, que desenvolveu um projeto com os meninos.

Levy Miranda, amigo de Darcy Vargas e um homem de grande confiança de Vargas, tinha como filosofia no período buscar uma “solução” para a criança desvalida. Mas não se viu à vontade para trabalhar com o público feminino e desenvolveu um projeto que leva o nome do bairro “Cidade dos meninos”, com objetivo assistencial e de preparar o jovem para o trabalho agrícola, e com isso tiraria os meninos “desvalidos” do período de circulação das ruas do Rio de Janeiro. Ele já estava mobilizando a opinião pública para a questão do menor abandonado em 1935, preocupado com a violência realizada por eles nas ruas do Rio de Janeiro.

O que se deu da Cidade dos Meninos, “foram que 60 pavilhões recebidos da Fundação Darcy Vargas, em 1947, apenas cinco estavam prontos. Suas obras prosseguiram em ritmo lento, em virtude da precariedade de recurso e em consequência da matrícula de alunos que era pequena” (PONDÉ, 1977, p.228).

De acordo com Ponde (1977), em 1949, quatro pavilhões funcionaram até 1951 com frequência de 240 alunos. “Concluíram-se, que em 1955, cinco pavilhões destinados ao Instituto Dom Bosco, com lotação para 200 crianças.” (PONDÉ, 1977, p.228)

E teve criação de aviário, fábrica de gelo, um grupo escolar chamado Darcy Vargas para 630 alunos e um pavilhão para adaptação do Instituto Getúlio Vargas. E devido a construção da fábrica de DDT e HCH no local erradicou a malária dentro do município no período de 1947 a 1955, mas contaminou o solo, rios e prejudicou a produção agrícola local. Em 1973 existiam oficinas do ensino profissional de marcenaria e de tipografia.

O projeto segregou os meninos, transformando os espaços onde seriam “escolas”, dando a educação para o trabalho, a única possível para aqueles que estavam à mercê de um Governo, que não os assistia, e que somente queria higienizar sua cidade maravilha e aproveitar sua força de trabalho jovem, mas para além, repreender, violentar e prender corpos ‘sem valor’ para as classes dominantes.

E para o ideal da família e bons costumes, o destino das meninas desvalidas da Baixada Fluminense era ser celeiro fértil e humano das mães cristãs.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas Perdidas. In: DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000. Cap. 11. p. 289 – 316.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo** (Online), (8), 35-48. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i8p35-48>, 2008.

CAMARA, Sônia. A infância como questão: história, educação e ciência. In: CAMARA, Sônia (Org.) **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014. p. 17-19.

CAMARA, Sônia. **Pesquisa (s) em História da Educação e da Infância: Conexões entre ciência e história**. Rio de Janeiro: QUARTET: FAPERJ, 2014.

CAMINHA, Mônica Cruz. **Abrigo do Cristo Redentor: Estado e Assistência social no Primeiro Governo Vargas (1936 -1945)**. Rio de Janeiro – 2012. p. 101-119.

CARDOSO, Maria Luiza. Novas abordagens teóricas acerca da construção cultural da infância. In: CAMARA, Sônia (Org.) **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história**. – Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014. p. 43 – 71.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000. Apresentação. p. 7-17.

DIAS, Amália. COSTA, M.S.T.da. “Mais dóceis, mais limpos e mais alegres”: Projeto para infância desvalida em Duque de Caxias (1955-1964). In: **Revista HISTEDBR online**, Campinas, SP, v.19, 1-18, e019014, mar. 2019.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora: Contexto, 2000, p. 510 – 554.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 347– 375.

PONDÉ, Jayme. **Levy Miranda: Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora: Carioca, 1977.

PORTO, Rubens. **Cidade das Meninas**, sugestões de Rubens Porto. Empreendimento sob o alto patrocínio da Exma. Sra. Darcy Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

RIBEIRO NETO, Alexandre. **Tenha Piedade De Nós:**uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul (1925 -1930). 1º ed. Rio de Janeiro. Editora Letra Capital, 2013.

RIZZINI, Irene, PILLOTTI, Francisco (org).**A Arte de Governar Crianças:**a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil– 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido:**Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Editora: CORTEZ, 2011.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000. Cap. 12. p. 376 –406.

ROCHA, H.H.P. e GOUVÊA, M.C.S. Infâncias na história. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 26. N.1 p. 187-194. Abr.2010.

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. **A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958)**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000. Cap. 8. p. 210 – 230.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** A trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora: UNESP, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora: Contexto, 2000, p. 362 – 401.